



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14 / SUPEL / 2026

PROCESSO: Nº 482/SUPEL/2026

REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: Menor Preço. Modo de disputa ABERTO

LICITAÇÃO COM LOTES DE AMPLA CONCORRENCIA E COM RESERVA DE COTA ATÉ 25% ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COM DIREITO DE PREFERÊNCIA NA CONTRATAÇÃO LOCAL E OU REGIONAL, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO) DO MELHOR PREÇO VÁLIDO.

1 – PREÂMBULO

1.1 – A Prefeitura Municipal de Costa Marques, através da Superintendência de Licitação - SUPEL, seu pregoeiro, designado pelo decreto nº 455/GAB/2025 torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, em regime de menor preço **POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa nº 73/SEGES/22, Decreto Federal nº 11.462/2023, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 1170/GAB/2024, Decreto Municipal nº 1171/GAB/2024, Lei Compl. Municipal nº 70/GAB/2018, Lei Compl. Municipal nº 80/GAB/2021 e demais legislação aplicáveis conforme descrito neste edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 27/04/2026 09:30h até às 09:30h do dia 14/05/2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 10:00h do dia 14/05/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00h do dia 14/05/2026.

LOCAL: www.licitanet.com.br

Todos os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília – DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2 - RETIRADA DO EDITAL/FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Prefeitura Municipal de Costa Marques. Av. Chianca, 1381, Centro, na sala da Superintendência de Licitação - SUPEL. Costa Marques – RO. Pregoeiro: Altair Ortis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 as 13:30 horas, ou por E-mail: supel@costamarques.ro.gov.br e site da Prefeitura Municipal de Costa Marques, www.costamarques.ro.gov.br, ou no sistema onde ocorrerá a licitação, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, podendo ser adquirido o edital na sua integra juntamente com seus anexos.

** Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro ou à Comissão. (Acórdão TCU 594/2020 – plenário).*

2 – DO OBJETO

2.1. Tem por objeto, o presente Edital de Pregão Eletrônico, o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos**, incluindo, entre outros, serviços de sonorização, iluminação, palco, painel de LED, tendas, banheiros químicos, apoio de segurança privada desarmada, bombeiro civil, limpeza pós-evento e demais itens e serviços necessários à realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO, conforme especificações técnicas, condições de execução, exigências de segurança e quantitativos estimados estabelecidos neste Termo de Referência.

2.2. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

2.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – LICITANET, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão às últimas.

2.4. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

2.5. Os quantitativos constantes no anexo 02, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.



Compõem este Edital os seguintes anexos:

| | |
|-----------------------------|--|
| ANEXO 01 | Termo de Referência |
| Apêndice do anexo 01 | Estudo Técnico Preliminar |
| ANEXO 02 | Modelo de carta proposta |
| ANEXO 03 | Exigências para Habilitação |
| ANEXO 04 | Modelo de declaração de fato impeditivo de habilitação. |
| ANEXO 05 | Modelo de declaração de inexistência de empregado menor no quadro da empresa empregadora. |
| ANEXO 06 | Modelo de declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP). |
| ANEXO 07 | Minuta de Ata de Registro de Preços. |
| ANEXO 08 | Minuta de Contrato. |

3 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da **LICITANET – Licitações On-line**. Site www.licitanet.com.br. A utilização do sistema de pregão eletrônico da LICITANET nos termos do § 2º do art. 07 da IN 73/2022.

3.2 - O sistema de pregão eletrônico, **LICITANET** é realizado por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

3.3 - Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro da Prefeitura do Município de Costa Marques, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “**LICITANET**” constante na página da internet www.licitanet.com.br.

3.4 - **O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42, 43, 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, atendendo o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.**

4 - DA ESCOLHA DA PLATAFORMA DE PREGÃO ELETRÔNICO:

4.1.1 - O município de Costa Marques-RO para definir sua plataforma de suporte aos pregões eletrônico efetuou Estudo Técnico para a escolha da Plataforma mais vantajoso para o município, onde foi elaborado envolvendo as diversas áreas de soluções, negócios e tecnologia, dentro do que preceitua a Decisão 390/2014 do TCE-RO e da legislação vigente. Vale destacar que estabelecemos critérios técnicos de economicidade, transparência, modicidade das taxas cobradas, segurança, agilidade e eficiência, e após tabulados todos esses dados objetivos, avaliamos a legalidade da melhor escolha.

4.1.2 - Assim, uma das formas de manter a eficiência e a continuidade do serviço de disponibilização de plataforma de pregão eletrônico, através do estudo realizado, é a manutenção da plataforma já existente, que atende integralmente a finalidade e ao interesse público, bem como respeita a **Decisão 390/2014 do TCE-RO**.

4.1.3 - Portanto, à luz dos princípios administrativos da competência, moralidade e eficiência, não poderia haver melhor escolha senão a **LICITANET – Licitações On-Line**, como plataforma eletrônica para operacionalização dos pregões eletrônicos deste município, sendo a mais acertada.

5 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

5.2. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**.

6. PODERÃO PARTICIPAR DESTE PREGÃO ELETRÔNICO às empresas que:

6.1. Estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatíveis com o objeto desta Licitação;

6.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sítio Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

6.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

6.4. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a **LICITANET**.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



6.5. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

6.6. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

6.1 – Para todas as empresas.

| 30 dias | 90 dias | 365 dias | Plano avulso Acesso a 1 único processo |
|------------|------------|------------|---|
| R\$ 161,00 | R\$ 341,00 | R\$ 827,00 | R\$ 107,00 |

7. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.9. O impedimento de que trata o item 7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.11. A vedação de que trata o item 7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7.12. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência concordata, “**salvo em recuperação judicial**”, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

7.13. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

7.14. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, observadas as condições previstas no art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como aquelas estabelecidas em Edital.

7.15. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, observadas as condições previstas no art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como aquelas estabelecidas em Edital.

7.16. Deve ser indicada a empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração, onde fará o cadastro no portal <https://www.licitanet.com.br/>;

7.17. A empresa líder deverá apresentar termo de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

7.18. Os atos realizados no sistema de gestão pública deste município, serão realizados em nome da empresa líder, caso o consórcio não esteja constituído no momento da licitação, devendo ser realizado o lançamento no



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



sistema de nova licitação a exemplo análogo das contratações de adesão a ata de registro de preços. A modificação deve ser realizada antes da formalização do contrato, o instrumento contratual deverá indicar todas empresas e ser pactuado na razão social e CNPJ do consórcio.

7.19 Para fins de habilitação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

7.20 Para fins de habilitação a empresa líder deve apresentar individualmente a documentação de todas as empresas compoem o consórcio, referente aos documentos constante no anexo II – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO, devendo ser mantidas as condições de habilitação em toda execução contratual;

7.21 As empresas reunidas em consórcio serão responsáveis solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

7.22 Fica estabelecido para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o índice e valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, exceto quando os consórcios forem compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

7.23 O licitante vencedor será obrigado promover, antes da celebração do contrato, a constituição, devendo ser inscrever no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica e o registro do consórcio na junta comercial, nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

7.24 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

7.25 É vedado a empresa consorciada participar, nesta licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

8 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1- O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) conduzir a sessão pública;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- c) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- d) coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- e) verificar e julgar as condições de habilitação;
- f) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- g) receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) indicar o vencedor do certame;
- i) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- j) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a adjudicação e homologação.
- l) O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.
- m) Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

09 – CREDENCIAMENTO JUNTO A PLATAFORMA LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE

09.1 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

09.2 - O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados no subitem 6.5.

09.3 - O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

- a) A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

09.4 - É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a **LICITANET – Licitações On-line** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

09.5 - O cadastramento do licitante junto a Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



10.6 - As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633 e (34) 9807-6633** ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

10.7 - **A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração constante no ANEXO 06 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate. (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, 14 dezembro de 2006).**

10.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei.

10 – DA PARTICIPAÇÃO

10.1 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecido.

10.2 - Caberá ao licitante acompanhar atentamente as operações na Plataforma Eletrônica durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Plataforma Eletrônica ou da desconexão;

10.3 - Qualquer dúvida em relação ao acesso na Plataforma operacional poderá ser esclarecida pelo Suporte: **(34) 3014-6633 - (34) 9807-6633** ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

10.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a **Comissão de Pregão**, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

10.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

10.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

10.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

11.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

11.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

11.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

11.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

11.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

11.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



11.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

11.6. A falsidade das declarações exigidas no edital, sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

11.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

11.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

11.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

11.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o sistema acima.

11.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

11.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

11.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

11.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 11.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

12.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.1.1. Valor unitário e total do item;

12.1.2. Marca;

12.1.3. Fabricante;

12.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5. Quanto as quantidades elencadas: não há possibilidade no ato do cadastro da proposta, de oferecer um quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se aos limites dela.

12.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

12.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.



12.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

12.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

13. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico <https://licitanet.com.br>, na data, horário e local indicados neste Edital.

13.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anterior mente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

13.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

13.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

13.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

13.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de* _____.

13.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

13.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

13.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

13.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

13.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

13.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

13.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

13.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico <https://licitanet.com.br>.

13.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).



- 13.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 13.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 13.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 13.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 13.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 13.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 13.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 13.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 13.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 13.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 13.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 13.22.2.2. empresas brasileiras;
- 13.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 13.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 13.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 13.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 13.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 13.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 13.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 13.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 13.23.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI's NO AMBITO MUNICIPAL

- 14.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 14.2. Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, atendendo a Lei 123/2006 e a Lei Complementar 147/2014 e Lei Municipal nº 70/GAB/2018, e terá preferência de contratação para microempresa ou empresa de pequeno porte local de Costa Marques – RO, conforme estabelece a Lei 123/2006 e alterações, e Lei Municipal nº 70/GAB/2018;

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Vide Lei nº 14.133, de 2021)



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier **legislação** estadual, **municipal** ou regulamento específico de cada órgão **mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte**, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

14.3. Cota exclusiva para ME, EPP e MEI – Itens com valores de até R\$ 80.000,00.

Art. 48. [...] I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

14.4. Cota Reservada – correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação de empresas enquadradas como Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal;

Art. 48. III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

14.5. Cota Principal – correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste edital;

14.5.1. Os Itens: 01, 02, 03, 04, 05 e 06 são cota Principal – correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) da quantidade total do item, AMPLA CONCORRÊNCIA.

14.5.2. Os Itens: 07, 08, 09, 10 e 11 são cota Reservada – correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total do item, participação exclusiva para microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP e equiparadas a ME/EPP.

14.6. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

14.7. OBS: SE A MESMA EMPRESA VENCER A COTA RESERVADA E A COTA PRINCIPAL, A CONTRATAÇÃO DE QUAISQUER DAS COTAS DEVERÁ OCORRER PELO PREÇO DA QUE TENHA SIDO MENOR.

14.8. Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 70/2018 e Lei complementar Municipal nº 80/2021, fica estabelecido o seguinte:

14.8.1. Os processos licitatórios exclusivos poderão ser destinados unicamente às microempresas e às empresas de pequeno porte locais, quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, serem ampliados às microempresas e às empresas de pequeno porte regionais. (Art. 34, § 3º, Lei Compl. Municipal nº 70/GAB/2018).

14.8.2. Em relação aos benefícios referidos nos incisos III, IV e V do § 1º, a administração pública poderá, justificadamente, estabelecer prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. (Art. 34, § 4º, Lei Compl. Municipal nº 70/GAB/2018), (Art. 48 § 3º da Lei Complementar 123/06).

14.8.2.1. Para efeito desta Lei, considera-se: (Art. 34, § 5º, Lei Compl. Municipal nº 70/GAB/2018).

a). Âmbito local, os limites geográficos do Município de Costa Marques.

b). Âmbito regional, todos os municípios do Estado de Rondônia. (Alterado pela Lei Compl. Municipal nº 80/GAB/2021).

14.8.3. Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta ou mista, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas (Art. 35, § 5º, Lei Compl. Municipal nº 70/GAB/2018). (LC federal nº 123/06, art. 47).

14.8.4. nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

14.8.5. Não será admitido o enquadramento de condições especiais disciplinadas pela Lei Complementar 123/2006, não se aplicando no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, de acordo com o art. 4º, § 1º, I da Lei 14.133/21.

15. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

15.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

15.2. O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



15.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

15.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

15.6. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

16. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

16.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

16.1.1. O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão da pregoeira, ambas as opções devidamente justificadas.

16.1.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 16.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

16.2. A proposta enviada via sistema, após convocação do pregoeiro, deverá obedecer às previstas no **item 12** e subitens deste Edital.

16.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

16.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.5. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

16.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

16.7. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

16.8. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS:

16.8.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

16.8.2. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

16.8.3. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta

16.8.4. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério da pregoeira que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

17. DA FASE DE JULGAMENTO:

17.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



- e) **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);
- f) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 17.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 17.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 17.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 17.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 17.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 17.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 17.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 13 e 14 deste edital.**
- 17.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 17.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 17.7.1. conter vícios insanáveis;
 - 17.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 17.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 17.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 17.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 17.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 17.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 17.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 17.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 17.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 17.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 17.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poder ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 17.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 17.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 17.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 17.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 17.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 17.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

18. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 18.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital:
- 18.2. Os documentos previstos no Termo de Referência e ou Edital necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 18.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 18.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 18.3.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 18.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, desde que previsto no edital de licitação, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe ou em sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 18.5. Será verificado se o licitante apresentou **declaração** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 18.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 18.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 18.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 18.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 18.9. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe ou cadastro da Prefeitura, serão enviados por meio do sistema licitane, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**
- 18.9.1. O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.
- 18.10. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 18.11. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 18.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 18.13. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 18.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 18.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 18.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 18.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 18.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 18.9.
- 18.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 18.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 18.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 18.20. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;



18.21. Os (as) licitantes deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis. Relação de documentos para fins de habilitação está no anexo 03 deste Edital.

19 – ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital desta licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, manifestando-se **por meio eletrônico** via portal (**licitanet**) e ou e-mail: supel@costamarques.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado o recebimento pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito) **ou ainda**, protocolar o original junto a Prefeitura Municipal de Costa Marques, no horário das 07h30min. às 13h30min. de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Chianca, n.º 1381 – Centro, em Costa Marques/RO - CEP: 76.937-000.

19.1.1. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

19.1.2. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

19.1.3. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na Lei.

19.1.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no campo próprio do Sistema Eletrônico do site LICITANET, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro, no prazo estabelecido no item 19.1.1.

20. DOS RECURSOS

20.1. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

20.1.1. Após o julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, será disparado o aviso de intenção de recurso no chat do sistema, qualquer licitante que desejar poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer com registro da síntese das suas razões dentro do prazo de **15 (quinze) minutos** clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**. Sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

20.1.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

20.1.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

20.1.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

20.1.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

20.1.6. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

20.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

20.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

20.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico LICITANET e sítio do município www.costamarques.gov.br, o portal de transparência do município <https://transparencia.costamarques.ro.gov.br/>.

21. DAS INFRAÇÕES E SANSÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 e 162 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

21.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

21.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 21.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 21.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 21.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 21.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 21.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 21.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 21.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 21.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 23.1.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 23.1.1 a 23.1.12;
 - c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações do subitem 23.1.3;
 - d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 23.1.2 a 23.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 23.1.8 a 23.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
 - f) Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "b", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 21.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 21.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 21.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 21.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 21.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 21.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 21.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22– DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 22.1. O Sistema de Registro de Preços SRP para aquisição e locação de bens ou contratação de obras ou serviços, inclusive de engenharia, pelas secretarias, órgãos ou entidades municipais, obedecerá ao disposto pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal 14.133/23, Decreto Federal nº 11.462/23, e Decreto Municipal nº 1171/GAB-PREF/2024, e Legislação de Licitação Vigente, pelas disposições deste Edital e demais normas complementares.
- 22.2. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:
- 22.2.1. quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
 - 22.2.2. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
 - 22.2.3. quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de uma secretaria, órgão, entidade ou a programas de governo; ou
 - 22.2.4. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- 22.3. O Sistema de Registro de Preços, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
- 22.3.1. existência de projeto padronizado sem complexidade técnica e operacional;
 - 22.3.2. necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado; e



- 22.3.3. haja compromisso da secretaria municipal, do órgão participante ou aderente de suportar as despesas das ações necessárias à adequação do projeto padrão às peculiaridades da execução.
- 22.4 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- 22.5. Na licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação ou outro instrumento hábil.
- 22.6 - Uma vez registrados os preços, o Município poderá convocar o detentor do Registro a fornecer os itens ora licitados, na forma e condições fixadas no presente Edital e na ATA de Registro de Preços.

23 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E VIGÊNCIA

- 23.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital da licitação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 23.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 23.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 23.4. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
- 23.5. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.
- 23.6. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelos licitantes vencedores;
- 23.7. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
- 23.7.1. o registro a que se refere o § 4º deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput deste artigo, nos incisos II, IV e V do art. 78, no inciso III do art., e no art. 82, todos deste Regulamento;
- 23.7.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o § 4º do caput deste artigo, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e
- 23.7.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o § 4º do caput deste artigo, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.
- 23.8. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.
- 23.9. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela secretaria municipal, órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.
- 23.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 23.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 23.12. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.
- 23.13. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados e órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e Site Oficial do Município;
- 23.14. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.
- 23.15. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista neste Edital.

24 – DA REVISÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 24.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.



24.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

24.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

25. DA CLASSIFICAÇÃO

25.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro classificará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação da autoridade competente.

25.2 - No caso de interposição de recurso, depois de proferida a decisão, serão adotados os mesmos procedimentos já previstos neste Edital para classificação e homologação do resultado da licitação.

26. FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

26.1. O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, em virtude de se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

26.2. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, poderá ser formalizada por intermédio de Instrumento Contratual e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante;

26.3. Sendo formalizado, o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

26.4. A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

26.5. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

26.6. O reajuste ocorrerá de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado da contratação.

27. DA ASSINATURA DO CONTRATO E EXECUÇÃO

27.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

27.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

27.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

27.4. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 27.3. a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

27.4.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

27.4.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

27.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

27.6. A regra do item 27.4. não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 27.4.1.

27.7. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.



27.8. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 27.1. deste edital.

27.9. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

27.10. A contratação deverá atender integralmente às disposições da Lei nº 14.133/2021, à Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, ao Decreto nº 10.936/2022, às normas ambientais aplicáveis e às demais legislações federais, estaduais e municipais pertinentes à prestação de serviços de transporte de resíduos sólidos urbanos.

28. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

28.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

28.2. A gestão e a fiscalização da futura contratação serão exercidas pela Administração, por meio de **Gestor do Contrato** e **Fiscal do Contrato**, formalmente designados por ato próprio, com seus respectivos substitutos, aos quais competirá o acompanhamento sistemático da execução dos serviços, o registro de ocorrências, a conferência do cumprimento das obrigações contratuais e o atesto das medições e documentos para pagamento.

28.3. Compete ao **Gestor do Contrato** coordenar a execução contratual sob o aspecto administrativo, acompanhar a manutenção das condições contratuais, promover a interlocução com a contratada, encaminhar providências necessárias ao saneamento de irregularidades, controlar prazos, acompanhar saldos da Ata de Registro de Preços e adotar as medidas cabíveis para a correta instrução processual da contratação. Essa estrutura conversa com a designação formal e o acompanhamento sistemático já previstos no ETP.

28.4. Compete ao **Fiscal do Contrato** acompanhar a execução material do objeto, verificar a conformidade dos itens fornecidos e dos serviços executados com as especificações técnicas, quantitativos, cronogramas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ordem de Serviço e no instrumento contratual correspondente.

28.5. A fiscalização deverá acompanhar especialmente as etapas de montagem, instalação, testes, operação, desmontagem e retirada dos equipamentos e estruturas, verificando o atendimento às normas de segurança, à estabilidade das estruturas, ao pleno funcionamento dos sistemas e à suficiência da equipe técnica disponibilizada pela contratada.

28.6. Caberá à fiscalização realizar o **recebimento provisório** e o **recebimento definitivo** dos serviços, após a verificação do pleno funcionamento dos sistemas de som, iluminação, vídeo e demais equipamentos, da estabilidade das estruturas montadas e do cumprimento integral das condições contratuais.

28.7. A fiscalização poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços, equipamentos ou estruturas que não atendam às exigências do Termo de Referência, da Ordem de Serviço ou do contrato, ou que apresentem defeitos, inconformidades técnicas ou risco à segurança do público, dos trabalhadores, dos artistas ou do patrimônio envolvido.

28.8. Verificada qualquer falha, irregularidade ou descumprimento contratual, a fiscalização deverá notificar formalmente a contratada, fixando prazo razoável para saneamento, sem prejuízo da exigência de correção imediata nas hipóteses em que o defeito possa comprometer a segurança, o andamento do evento ou a adequada prestação do serviço.

28.9. A contratada deverá atender prontamente a todas as solicitações e determinações da fiscalização, promovendo os ajustes, substituições e correções necessários, bem como comunicar formalmente à Administração qualquer impossibilidade técnica ou fato superveniente que possa comprometer o cronograma ou a execução do evento.

28.10. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto, pela qualidade técnica dos serviços, pelo adequado funcionamento dos equipamentos, pela segurança das estruturas, pelo cumprimento da legislação aplicável e pela reparação de danos eventualmente causados durante a execução contratual. Essa lógica decorre do próprio ETP, que mantém na contratada o dever de correção, substituição e regularidade técnica durante toda a contratação.

28.11. Todos os registros de ocorrências, notificações, relatórios de execução, atestos de recebimento, documentos técnicos e demais elementos produzidos na fiscalização deverão ser juntados aos autos do processo administrativo, para fins de controle, auditoria e instrução dos pagamentos e eventuais sanções.

28.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



29 - DOS DIREITOS E DEVERES DA CONTRATANTE

- 29.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa prestar seus serviços de acordo com as determinações do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- 29.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 29.3. Designar formalmente, por ato próprio, o Gestor do Contrato e o Fiscal do Contrato, bem como seus respectivos substitutos, para acompanhamento sistemático da execução dos serviços, registro de ocorrências, fiscalização da conformidade e atesto das medições e documentos para pagamento.
- 29.4. Emitir as Ordens de Serviço com antecedência mínima necessária ao adequado planejamento da execução, especificando, no mínimo, local, data, horário, cronograma de montagem, quantitativos e detalhamento dos itens de infraestrutura e serviços demandados para cada evento.
- 29.5. Disponibilizar os locais destinados à realização dos eventos em condições adequadas de acesso, garantindo a entrada das equipes, veículos, equipamentos e estruturas da contratada para execução dos serviços.
- 29.6. Indicar à contratada, quando necessário, os pontos de energia elétrica disponíveis ou as áreas destinadas à instalação de grupos geradores e demais estruturas auxiliares, observados critérios de segurança e adequação operacional.
- 29.7. Providenciar, quando de sua responsabilidade institucional, as autorizações administrativas, alvarás de utilização do espaço, apoio de órgãos de trânsito, segurança pública ou outras providências necessárias à realização do evento que não integrem a obrigação específica da contratada.
- 29.8. Exercer a fiscalização rigorosa da montagem, instalação, operação, desmontagem e retirada das estruturas e equipamentos, verificando a conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e normas de segurança aplicáveis.
- 29.9. Realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, após a verificação do pleno funcionamento dos sistemas contratados, da estabilidade das estruturas montadas e do cumprimento integral das condições previstas neste Termo de Referência, na Ordem de Serviço e no contrato.
- 29.10. Notificar formalmente a contratada sobre falhas, defeitos, insuficiências, irregularidades ou descumprimentos identificados na execução, fixando prazo para saneamento quando cabível, sem prejuízo da exigência de correção imediata nas hipóteses que comprometam a segurança ou a realização do evento.
- 29.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços, equipamentos ou estruturas que não estejam em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade ou exigências de segurança definidos na contratação.
- 29.12. Efetuar o pagamento à contratada pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização, observadas as condições, prazos e documentos exigidos no instrumento convocatório e no contrato.
- 29.13. Prestar à contratada as informações e orientações necessárias à adequada execução dos serviços, especialmente quanto à identificação do evento, local, programação, acessos, áreas técnicas, restrições operacionais e demais elementos relevantes para o cumprimento da Ordem de Serviço.
- 29.14. Manter nos autos do processo administrativo os registros de ocorrências, relatórios de fiscalização, documentos de recebimento, comunicações formais, atestos e demais elementos produzidos durante a execução contratual, para fins de controle, auditoria e instrução processual.
- 29.15. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços licitados, fixando prazo para a sua correção;
- 29.16. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação dos serviços solicitados, na forma do contrato ou outro documento equivalente;
- 29.17. Zelar para que durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, e ou contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 29.18. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- 29.19. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.
- 29.20. Demais obrigações descritas no item 20 do Estudo Técnico Preliminar.**

30 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 30.1. Executar fielmente o objeto dentro do melhor padrão de qualidade, cumprindo todas as especificações estabelecidas na proposta de preços e documentos apresentados ao CONTRATANTE, bem como neste Termo de Referência.
- 30.2. Desempenhar os serviços nas condições estipuladas, dentro dos prazos estabelecidos, em estrita observância às especificações do Edital, do Termo de Referência e da proposta apresentada, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 30.3. Fornecer, transportar, carregar, descarregar, montar, instalar, testar, operar, acompanhar tecnicamente, desmontar e retirar todos os equipamentos, estruturas, materiais, acessórios e insumos necessários à perfeita execução do objeto, responsabilizando-se integralmente por sua adequação, funcionamento e segurança.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



30.4. Disponibilizar todos os equipamentos e estruturas em perfeito estado de conservação, funcionamento, limpeza, organização e segurança, em conformidade com as especificações técnicas exigidas pela Administração.

30.5. Manter equipe técnica qualificada e em número suficiente durante toda a execução do evento, inclusive para montagem, operação, acompanhamento técnico, manutenção corretiva imediata, desmontagem e retirada final dos itens contratados, garantindo a continuidade dos serviços durante todo o período da programação.

30.6. Realizar testes de funcionamento dos sistemas de som, iluminação, vídeo, energia e demais equipamentos contratados, bem como assegurar a estabilidade e segurança das estruturas montadas antes do início do evento.

30.7. Corrigir imediatamente, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer falhas, defeitos, vícios, insuficiências, irregularidades ou inconformidades apontadas pela fiscalização, inclusive mediante substituição de equipamentos, reforço estrutural, complementação de equipe ou adoção de outras providências técnicas necessárias.

30.8. Assumir todos os custos decorrentes da execução contratual, inclusive deslocamento, transporte, logística, carga, descarga, hospedagem, alimentação, mão de obra, ferramentas, equipamentos auxiliares, combustíveis, EPIs, tributos, seguros, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas diretas e indiretas necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

30.9. Executar os serviços tanto na sede do Município quanto nas comunidades e demais localidades indicadas pela Administração, independentemente da distância, observadas as condições estabelecidas na Ordem de Serviço.

30.10. Obter, às suas expensas, junto aos órgãos competentes, as licenças, autorizações, registros, ART, RRT ou documentos técnicos equivalentes necessários à montagem das estruturas e à execução dos serviços sob sua responsabilidade, quando exigidos pela legislação aplicável.

30.11. Comunicar formalmente à Administração, com a maior antecedência possível, qualquer impossibilidade técnica, intercorrência relevante ou fato superveniente que possa comprometer a execução do cronograma, a segurança ou a regular realização do evento.

30.12. Fornecer, quando solicitado pela fiscalização, relatórios técnicos e documentos comprobatórios da execução dos serviços, incluindo registros de testes, manutenções, ocorrências, ajustes realizados e demais informações pertinentes ao acompanhamento contratual.

30.13. Realizar o descarte adequado dos resíduos gerados durante a montagem, operação e desmontagem das estruturas e equipamentos, observando a legislação ambiental aplicável, sendo vedado o descarte irregular em vias públicas ou áreas não autorizadas.

30.14. Quando houver locação de banheiros químicos, assegurar que a higienização, sucção, transporte e destinação final dos dejetos sejam realizados em locais licenciados pelos órgãos ambientais competentes, utilizando insumos adequados e de baixo impacto ambiental, quando aplicável.

30.15. Restituir o local do evento totalmente limpo, livre de estruturas, materiais, equipamentos e detritos, no prazo fixado pela Administração, observando-se, como regra geral, o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da programação, salvo disposição diversa constante na Ordem de Serviço.

30.16. Reparar eventuais danos causados ao local do evento, ao patrimônio público ou privado e a terceiros, quando decorrentes de ação, omissão, falha técnica, negligência ou inadequada execução dos serviços sob sua responsabilidade.

30.17. Não subcontratar total ou parcialmente os serviços sem prévia e expressa autorização da Administração, quando essa possibilidade for admitida no instrumento convocatório e no contrato.

30.18. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

30.19. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de referência.

30.20. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor da CONTRATANTE encarregado de acompanhar a execução do contrato prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

30.21. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

30.22. Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

30.23. Observar durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas.

30.24. Manter um Responsável Técnico (Engenheiro ou Técnico habilitado) para acompanhamento das estruturas, com a devida emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT, conforme a natureza do item.

30.25. Fornecer e fiscalizar o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os seus colaboradores, em estrita observância às normas de segurança do trabalho (NR-10, NR-18 e NR-35).



30.26. Providenciar a sinalização e o isolamento adequado das áreas de montagem e das centrais de comando (House Mix), visando a segurança do público e dos artistas.

30.27. Demais condições conforme item 14 do termo de referência e 19 do Estudo Técnico Preliminar.

31 – DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

31.1. O licitante receberá em até 30 (trinta) dias corridos, pós a liquidação da despesa dos serviços prestados, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e/ou fatura, devidamente certificada pela comissão de recebimento de materiais desta Prefeitura, juntamente com as devidas Certidões, e terá como base o preço final ofertado na fase de lances desta licitação.

31.2. O pagamento dos serviços desta licitação serão efetuados através de crédito em conta corrente do licitante vencedor. Para fazer jus ao pagamento, a **empresa vencedora deverá comprovar e manter sua adimplência** com a seguridade social (CND - INSS), com o FGTS (CRF) **e demais requisitos de habilitação**, estabelecidas no presente Edital.

31.3. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal/Fatura deverão constar as seguintes referências: nome do Banco, número e nome da Agência, e número da conta corrente da contratada.

31.4. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

31.5. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado;

31.6. Os preços serão considerados pelo valor global/total para cada **ITEM** cotado, expressos em moeda corrente no país. Devendo o licitante especificar os valores unitários e totais por item, e os preços unitários deverão constar com no máximo 2 (dois) dígitos após a vírgula e não serão aceitos com dizima periódica. No valor global/total os preços deverão constar com apenas 2 (dois) dígitos após a vírgula;

31.7. Para fins de medição, serão considerados, conforme o caso, os quantitativos efetivamente executados por **diária, evento, unidade, metro, serviço, equipe, turno** ou outra unidade de medida prevista na planilha estimativa da contratação, vedado o pagamento por item não executado, parcialmente executado sem aproveitamento, ou apenas reservado sem efetiva disponibilização e prestação.

31.8. A medição deverá observar, cumulativamente:

- a) a conformidade com a Ordem de Serviço emitida pela Administração;
- b) a execução integral ou parcial útil do item demandado;
- c) a compatibilidade com os quantitativos efetivamente disponibilizados;
- d) o cumprimento dos prazos de montagem, operação e desmontagem;
- e) a conformidade técnica, funcional e de segurança do objeto executado.

31.9. O pagamento ficará vinculado ao efetivo cumprimento das etapas de execução e ao atesto da fiscalização, observadas as condições de recebimento previstas neste Termo de Referência.

31.10. O pagamento será devido somente após:

- a) a execução regular do objeto demandado;
- b) o recebimento provisório e/ou definitivo, conforme a natureza do item;
- c) o atesto da fiscalização competente;
- d) a apresentação da Nota Fiscal/Fatura;
- e) a apresentação dos demais documentos exigidos no edital, no contrato ou na legislação aplicável.

31.11. Demais condições descritas no item 16 do Termo de Referência.

32 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

32.1. As despesas com o pagamento dos serviços, quando houver a aquisição, correrão por conta dos recursos orçamentários, consignados no orçamento geral do município para o ano de 2026.

32.1.1. “Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.” (Art. 17, dec. federal nº 11.462/23).

33 – DO PRAZO E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

33.1. A execução do objeto dar-se-á de forma **parcelada**, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de **Ordem de Serviço** pela unidade demandante ou pelo setor competente, na qual constarão, no mínimo, a identificação do evento, os itens demandados, os quantitativos, o local de execução, a data, o horário, o cronograma de montagem, o período de funcionamento e o prazo para desmontagem.

33.2. Os serviços deverão ser executados na **sede do Município de Costa Marques/RO** e, quando necessário, em outras localidades indicadas pela Administração, sempre nos locais previamente definidos na Ordem de Serviço. A Administração deverá disponibilizar o local do evento em condições adequadas de acesso, garantindo a entrada das equipes, veículos, equipamentos e estruturas necessárias à execução contratual.



33.3. A contratada deverá iniciar a montagem das estruturas, a instalação dos equipamentos e a preparação operacional no prazo estabelecido na Ordem de Serviço, observando antecedência suficiente para testes, conferências e ajustes técnicos, sendo exigida, como regra geral, antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas** antes do início do evento, salvo quando a complexidade do objeto ou as características do evento exigirem prazo superior expressamente fixado pela Administração.

33.4. A montagem das estruturas temporárias, instalação dos sistemas de sonorização, iluminação, vídeo, energia e demais equipamentos deverá ocorrer com antecedência suficiente para a realização de testes técnicos, inspeção da fiscalização e execução de eventuais ajustes antes do início do evento, observando-se o prazo fixado na Ordem de Serviço.

33.5. A execução deverá ocorrer tanto na sede do Município quanto nas demais localidades indicadas pela Administração, independentemente da distância, correndo por conta da contratada todos os custos relacionados a deslocamento, transporte, logística, hospedagem, alimentação, mão de obra, equipamentos auxiliares e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

33.6. Conforme demonstrado na pesquisa de preços e no mapa gráfico constante dos autos, os Lotes 03 e 04, destinados ao atendimento do Festival de Praia/2026, possuem peculiaridades logísticas e operacionais específicas em razão do local de realização do evento, qual seja, a Praia do Curralinho, situada em ilha no Rio Guaporé, a aproximadamente 2,4 km do Porto de Costa Marques/RO e cerca de 300 metros das margens do rio. Tal condição geográfica diferencia esses lotes das demais contratações ordinárias de eventos realizadas em área urbana ou de fácil acesso terrestre.

33.2. Caso não seja possível prestar os serviços, objeto na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 10 (dez) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

33.5. Demais conforme itens 8 e 9 do Termo de Referência.

34 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

34.1. A contratação deverá atender à necessidade de disponibilização, sob demanda, de estruturas, equipamentos e serviços técnicos e operacionais correlatos destinados à realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO, abrangendo, conforme a necessidade da Administração, itens como sonorização, iluminação, palco, painel de LED, tendas, banheiros químicos, apoio de segurança privada desarmada, bombeiro civil, limpeza pós-evento e demais serviços correlatos necessários à adequada execução dos eventos.

34.2. Todos os equipamentos e estruturas disponibilizados deverão estar em **perfeito estado de conservação, funcionamento, limpeza e segurança**, sendo vedado o fornecimento de materiais improvisados, danificados, incompatíveis com a finalidade pretendida ou em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência.

34.3. Os itens contratados deverão atender às **especificações técnicas mínimas**, aos padrões usuais de mercado e às normas técnicas e de segurança aplicáveis, inclusive quanto à estabilidade estrutural, capacidade operacional, resistência dos materiais, proteção contra riscos de acidente e adequação ao porte do evento.

34.4. Quando cabível em razão da natureza do item ou serviço, a contratada deverá apresentar **ART, RRT ou documento técnico equivalente**, emitido por profissional legalmente habilitado, bem como manter responsável técnico apto a acompanhar a execução dos serviços e responder pelas estruturas e instalações executadas.

34.5. A contratada deverá disponibilizar **equipe técnica qualificada e em número suficiente** para a execução do objeto, incluindo profissionais capacitados para montagem, operação e desmontagem das estruturas e equipamentos, bem como para atuação nos serviços específicos contratados, observadas as exigências legais e técnicas aplicáveis a cada atividade.

34.6. Nos itens relativos a **segurança privada desarmada**, a execução deverá ocorrer por intermédio de profissionais devidamente capacitados, uniformizados e identificados, com atuação preventiva, orientativa e de controle de acesso e circulação, sem prejuízo da observância das exigências legais específicas aplicáveis à atividade.

34.7. Nos itens relativos a **bombeiro civil**, a contratada deverá disponibilizar profissionais habilitados para atuação em prevenção e combate inicial a incêndio, primeiros socorros e atendimento emergencial inicial, observadas as exigências normativas aplicáveis ao evento e ao porte da atividade desenvolvida.

34.8. Nos itens relativos à **limpeza pós-evento**, a contratada deverá disponibilizar equipe treinada, devidamente uniformizada e equipada com os EPIs necessários, responsabilizando-se pela remoção de resíduos, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos materiais gerados durante a montagem, realização e desmontagem do evento, quando aplicável ao item contratado.

34.9. A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações **trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança do trabalho** relacionadas à execução do objeto e aos profissionais por ela alocados, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre tais profissionais e a Administração Pública.

34.10. Sempre que exigido pela natureza do item contratado, a empresa deverá observar as exigências de **licenciamento, autorizações, registros e certificações** expedidos pelos órgãos competentes, inclusive



aqueles relacionados à segurança, prevenção de acidentes, operação de equipamentos e regularidade técnica dos serviços executados.

34.11. A contratada deverá adotar práticas compatíveis com a **sustentabilidade ambiental**, especialmente quanto ao descarte correto de resíduos, uso racional de energia, controle de emissões sonoras dentro dos limites legais, correta destinação dos dejetos dos banheiros químicos e recomposição do local utilizado após a desmontagem das estruturas, quando aplicável.

34.12. Demais requisitos descritos no item 06 do Termo de Referência e 13 do Estudo Técnico Preliminar.

35 – DOS REQUISITOS DE GARANTIA DOS SERVIÇOS

35.1. Não será exigida, para a presente contratação, **garantia da contratação** prevista nos Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, a execução parcelada por demanda, o recebimento por evento e a possibilidade de fiscalização direta e contínua pela Administração.

35.2. A ausência de exigência de garantia da contratação não afasta a responsabilidade integral da contratada pela qualidade, segurança, funcionamento, estabilidade e regular execução dos serviços, equipamentos e estruturas fornecidos, nem a obrigação de reparar falhas, vícios, defeitos ou danos decorrentes da execução contratual.

35.3. Os serviços prestados e os itens disponibilizados estarão sujeitos à **garantia legal**, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pelos vícios aparentes ou ocultos, falhas de montagem, inadequações técnicas, instabilidade estrutural, defeitos de funcionamento e demais inconformidades verificadas durante a execução ou após o recebimento do objeto.

35.4. A contratada responderá, ainda, por danos causados ao patrimônio público ou privado, ao local do evento, a equipamentos de terceiros, ao público, a artistas, a servidores ou a quaisquer outros envolvidos, quando comprovado que decorreram de falha na execução, montagem, operação, desmontagem, negligência técnica ou descumprimento das normas de segurança.

35.5. A contratada deverá garantir o pleno funcionamento de todos os equipamentos de sonorização, iluminação, vídeo e estruturas durante todo o período de realização dos eventos, assegurando que as especificações técnicas e de performance contratadas sejam mantidas sem degradação da qualidade.

35.6. A garantia abrange a substituição imediata de qualquer equipamento que apresente defeito, vício de fabricação ou falha operacional, sem qualquer ônus adicional para a Administração Municipal.

35.7. As estruturas metálicas (palcos, tendas, arquibancadas, camarotes) deverão possuir garantia de estabilidade e segurança estrutural, suportando as previstas e intempéries climáticas (ventos e chuvas) dentro dos limites das normas técnicas vigentes.

35.8. Qualquer avaria estrutural detectada durante o uso deverá ser isolada e corrigida imediatamente pela equipe de assistência da contratada, sob pena de interdição e aplicação de sanções.

35.9. A garantia de assistência estende-se até a completa desmontagem e retirada dos equipamentos do local, incluindo a responsabilidade por eventuais danos ocultos causados ao patrimônio público que venham a ser identificados imediatamente após a desmobilização da estrutura.

35.10. Garantia de acessibilidade plena em todas as estruturas montadas (palcos, arquibancadas e banheiros), assegurando o direito de participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

30.11. O objeto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

30.12. Demais requisitos conforme item 11 do Termo de Referência.

36. DISPOSIÇÕES FINAIS

36.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura do Município de Costa Marques – RO., revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A Prefeitura do Município de Costa Marques - RO poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

36.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

36.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

36.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

36.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 36.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 36.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na imprensa oficial desta Prefeitura;
- 36.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 36.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 36.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 36.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;
- 36.12. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro;
- 36.13. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;
- 36.14 Não cabe à **LICITANET – Licitações On-line** qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- 36.15. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Costa Marques - RO considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro;
- 36.16. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário de 7:30hs às 13:30horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Sala da Superintendência de Licitação, localizado na Prefeitura do Município de Costa Marques -RO, para melhores esclarecimentos.
- 36.17. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 36.18. Demais condições gerais de execução do objeto, (condições de entrega, recebimento, impacto ambiental, requisitos técnicos gerais, gestão de resíduos sólidos, sustentabilidade), e demais não disposta neste Edital, encontram-se definidos no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, ANEXOS a este Edital de Pregão Eletrônico.**
- 36.19. Os casos omissos neste Edital, serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

Costa Marques - RO, 23 de abril de 2026.

WESLESON JOAQUIM RIBEIRO DE SOUZA
Gerente de Licitações e Contratos
Dec. 452/GAB/2025



ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBS: O Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, estão em PDV anexos

DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD:

<https://transparencia.costamarques.ro.gov.br/portaltransparencia/8/licitacoes>

<https://portal.licitanet.com.br/>



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



ANEXO 02

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

| | | |
|---|----------------------------|------------------------|
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| CNPJ: | INSCRIÇÃO ESTADUAL: | |
| ENDEREÇO: | | |
| CEP: | CIDADE: | ESTADO: |
| E-MAIL: | FONE: | CEL: |
| CONTATO: | CARGO: | |
| BANCO: | | |
| CÓDIGO DO BANCO: | AGÊNCIA: | CONTA CORRENTE: |
| OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos, para realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO. | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14 /2026 | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 482/SUPEL/2026 | | |

LOTE 01: Locação de equipamentos para eventos de pequeno porte, cota 75% - ampla concorrência.

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND | QTD | V. UNT | V.TOTAL |
|------|---|--------|-----|--------|---------|
| 01 | LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DESMONTÁVEL EM AÇO DE PALCO DE PEQUENO PORTE, PALCO 08 X 06 COM ILUMINACAO DE PEQUENO PORTE MONTAGEM DE PALCO 08 X 06 COM ILUMINAÇÃO: PARA EVENTOS DE PEQUENO PORTE COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: ESTRUTURA DE COLUNAS E DE TETO TODA DE Q-30 LINHA P EM ALUMÍNIO MEDINDO 8 METROS DE LARGURA E 06 METROS DE FUNDO, COM PÉ DIREITO DE 07 METROS DE ALTURA E 01 METRO DE ASA PARA CADA LATERAL PARA MONTAGEM DE P A, COBERTURA DE DUAS ÁGUAS COM LONA TENSIONADA BRANCO GELO ANTE CHAMAS, PISO DE 1,20 DE ALTURA EM COMPENSADO NAVAL DE 25MM ANTE DERRAPANTE, GUARDA CORPO DE 1.20 DE ALTURA EM VOLTA DO PISO, FECHAMENTO NAS LATERAIS E FUNDO COM SOMBRIT PRETO, ESCADA DE ACESSO COM DEGRAUS ANTE DERRAPANTE DE 1,20 DE LARGURA COM CORRIMÃO NAS LATERAIS. ILUMINAÇÃO: 08 PARES LED 3 WATTS RGB; 4 MUVINGS BEAN 200 5R. 2 REFLETORES MIMIBRUTS 4 LÂMPADAS CADA. 1 RACK DIMER DMX 12 CANAIS 4000 WATTS POR CANAL; 1 MESA CONTROLADORA DMX 512 40 CANAIS; 1 MÁQUINA DE FUMAÇA 1500 WATTS COM VENTILADOR. PARA PEQUENOS EVENTOS, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIARIA | 08 | | |
| 02 | LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO COMPACTO PA PARA PEQUENAS REUNIÕES, APRESENTAÇÕES, PALESTRAS , EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES E EXIGENCIAS TECNICAS PARA INAUGURAÇÕES MUNICIPAIS E PALESTRAS/COBERTURA SONORA ESTIMADA PARA ESPAÇOS FISICOS DE NO MAXIMO DE 15 M LINEARES E OU 800 PAX. 01 MESA DE SOM DE 8 CANAIS 01 APARELHO CD PLAYER – CD PLAYER COM LEITURA PARA MP3 PARA PROGRAMAÇÃO MUSICAL AMBIENTE. 04 CAIXAS ACÚSTICAS DE 15 POLEGADAS TIPO TREE WAY DE MÉDIAS E ALTAS FREQUÊNCIAS ATIVAS – CAIXAS ACÚSTICAS BI AMPLIFICADAS DE 400 WATTS, COM PROCESSADOR DE ÁUDIO INTERNO; 02 MONITORES DE PALCO ATIVO; 02 MICROFONES PARA VOZ COM FIO – SEM DO UM PARA USO E OUTRO PARA SATND-BY (PADRÃO DE REFERENCIA BETA 58) 02 MICROFONES PARA VOZ SEM FIO – SEM DO UM PARA USO E OUTRO PARA SATND-BY (PADRÃO DE REFERENCIA BETA 58) 4 PEDESTAIS DE MICROFONES – TIPO GIRAFÁ ARTICULÁVEL COM ALTURA: MÍNIMA 56CM - MÁXIMA 73CM, COR: PRETA PINTURA ELETROSTÁTICA; CABOS E ACESSÓRIOS – TODOS OS CABOS, ACESSÓRIOS, CABOS DE AC, NECESSÁRIOS PARA O BOM FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. 01 TÉCNICO – TÉCNICO DEVERA MONTAR, OPERAR, DAR ASSISTÊNCIA E DESMONTAR OS EQUIPAMENTOS. | DIÁRIA | 15 | | |
| 03 | LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PA PARA EVENTOS DE PEQUENO PORTE , SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE: 08 CAIXAS LINE ARRAY “GRAVE/MÉDIO/AGUDO” (3 VIAS COM POTÊNCIA DE 1.750 RMS CADA); 04 CAIXAS DE SUBGRAVES (36 FALANTES, 18 POLEGADAS COM 800W RMS CADA); AMPLIFICADORES COMPATÍVEL COM O SISTEMA; 01 MICROFONE | DIÁRIA | 15 | | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



| | | | | | |
|------------------------|---|--------|----|--|--|
| | SEM FIO PARA VOZ, COM FREQUÊNCIA DE TRABALHO SELECIONÁVEL E FAIXA DE OPERAÇÃO UHF; 04 MICROFONES PARA USO DIVERSOS COM PEDESTAIS; 01 NOTEBOOK; 01 CONSOLE DIGITAL COM NO MÍNIMO 24 CANAIS CONTENDO 04 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO, 04 VIAS DE SAÍDA PARA MONITOR; 02 MONITORES DE CHÃO COM NO MÍNIMO 300W RMS CADA E AMPLIFICADOR COMPATÍVEL COM OS MONITORES; CABOS E CONEXÕES PARA LIGAR TODO O SISTEMA INCLUINDO PARTE ELÉTRICA, 01 OPERADOR TÉCNICO. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | | | | |
| 04 | LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED , TELÃO LED/ PAINEL: 01 PAINEL DE LED, SENDO OBRIGATORIAMENTE UM DOS MODELOS: P06, P08 OU P10, MEDINDO 4X2 METROS, OU SEJA, 04 METROS DE LARGURA POR 02 METROS DE ALTURA. O PAINEL DEVE TER SUA PLACA PROCESSADORA LIGADA SIMULTANEAMENTE, COM 01 CAMERA FILMADORA DIGITAL FULLHD; DVD; NOTEBOOK; COM MESA DE CORTE E COM PROFISSIONAIS DA ÁREA PARA OPERAR TANTO A CÂMERA QUANTO A MESA DE CORTE. SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO ASSINADA PELO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE – ART E TAXA DO CREA PAGA E DEMAIS AUTORIZAÇÕES E DISPOSITIVOS LEGAIS, QUANDO FOR O CASO, CONFORME A LEGISLAÇÃO. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 09 | | |
| 05 | LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL , ILUMINAÇÃO PARA EVENTO DE MÉDIO/GRANDE PORTE: 24 - REFLETORES PAR 64 FOCO 5, 24 - REFLETORES PAR LED RGBW; 16- ACL (PAR 56 FOCO 1) 07- ELIPSOIDAL COMPLETO; 10- SET LIGHT; 04- MINIBRUTE DE 6 LÂMPADAS CADA; 02- MÁQUINA DE FUMAÇA DE 1500W COM VENTILADOR; 04 - MOVING BEAM 200, 04 - MOVING BEAM 300, 04 - STROBO 3000, 24 - CANAIS DE DIMMER. (DMX 512); 01- NO MÍNIMO 1 SPLITER DE 4 OU 8 CANAIS; 01- MESA REGIA OU AVOLITE PEARL 2004; INCLUSO O CABEAMENTO NECESSÁRIO, LIQUIDO PARA AS MÁQUINAS DE FUMAÇA DE BOA QUALIDADE E NEUTRO. 01 CANHÃO SEGUIDOR, ESCADA PARA AFINAÇÃO, COM ESTRUTURA PARA FIXAÇÃO DA ILUMINAÇÃO, ATENDENDO AO RIDER TÉCNICO DE TODOS OS ARTISTAS QUE SE APRESENTEM DURANTE O EVENTO. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 14 | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | |

| | |
|--|-----------------------|
| CARIMBO COM CNPJ | |
| | Prazo de entrega: |
| | Validade da Proposta: |
| | |
| Assinatura do Representante da Empresa | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

| | | |
|---|---------------------|-----------------|
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| CNPJ: | INSCRIÇÃO ESTADUAL: | |
| ENDEREÇO: | | |
| CEP: | CIDADE: | ESTADO: |
| E-MAIL: | FONE: | CEL: |
| CONTATO: | CARGO: | |
| BANCO: | | |
| CÓDIGO DO BANCO: | AGÊNCIA: | CONTA CORRENTE: |
| OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos, para realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO. | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14 /2026 | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 482/SUPEL/2026 | | |

| LOTE 02 – Locação de equipamentos para eventos de grande porte, cota 75% - ampla concorrência. | | | | | |
|--|--|--------|-----|--------|---------|
| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND | QTD | V. UNT | V.TOTAL |
| 01 | LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DESMONTÁVEL EM AÇO DE PALCO DE MÉDIO/GRANDE PORTE, PALCO 12 X 08 COM ILUMINAÇÃO: PARA EVENTOS DE MÉDIO/GRANDE PORTE COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: ESTRUTURA DE COLUNAS E TETO TODA DE Q-30 LINHA P EM ALUMÍNIO MEDINDO 14 METROS DE LARGURA E 12 METROS DE FUNDO COM PÉ DIREITO DE 10 METROS DE ALTURA; 2 METROS NAS LATERAIS COM COLUNAS PARA ASA DE P A, COBERTURA DE DUAS AGUAS EM LONA BRANCA TENSIONADA ANTECHAMAS, PISO DE 2 METROS DE ALTURA EM COMPENSADO NAVAL DE 25 MM ANTE DERRAPANTE, FECHAMENTO NAS LATERAIS E FUNDO DE SOMBRIT PRETO, GUARDA CORPO DE 1.20 DE ALTURA EM VOLTA DO PISO, UMA ÁREA DE SERVIÇO 4X4, ESCADA DE ACESSO COM DEGRAUS ANTE DERRAPANTE DE 1,20 DE LARGURA COM CORRIMÃO NAS LATERAIS, , UM HOUSEMIX 3X3 EM 2 ANDARES COM 5 METROS DE ALTURA PARA MESA DE SOM DO P A E POSICIONAMENTO DE CANHÃO SEGUIDOR. ILUMINAÇÃO: 08 MUVINGS BEM 200 5R; 12 REFLETORES ELIPSOS 750 WATTS CADA COM ÍRIS; 02 CANHÕES SEGUIDOR 1500 WATTS CADA; 04 STROBOSATÔMIC 3000 WATTS CADA; 04 REFLETORES MIMIBRUT DE 6 LÂMPADAS; 16 PAR LED 3 WATTS RGB. 32 PAR 64 FOCO 5. 1 RACK DIMERS 12 CANAIS DMX 4000 WATTS POR CANAL; 01 MESA DE ILUMINAÇÃO DIGITAL DMX 2048; 02 MAQUINAS DE FUMAÇA 3000 WATTS CADA COM VENTILADOR; 1 GRIDE 08X06 COM 6 METROS DE ALTURA EM Q30 COM TRAVE NO MEIO PARA MONTAGEM DA ILUMINAÇÃO.PARA GRANDES EVENTOS, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 13 | | |
| 02 | LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PA PARA EVENTOS DE GRANDE PORTE , SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE: 24 CAIXAS LINE ARRAY "MÉDIO GRAVE/MÉDIO/AGUDO" (3 VIAS COM POTÊNCIA DE 1.750 RMS CADA); 18 CAIXAS DE SUBGRAVES (36 FALANTES, 18 POLEGADAS COM 800W RMS CADA); AMPLIFICADORES COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE PA; 01 PROCESSADOR DE 08 VIAS DIGITAL COM NO MÍNIMO 24 DB POR OITAVA, AJUSTE DE ÂNGULO DE FASE ENTRE AS BANDAS, ENTRADAS E SAÍDAS BALANCEADAS; 01 MULTICABO BALANCEADO COM SPLITER NO MÍNIMO DE 48 VIAS (60MTS); 01 NOTEBOOK, 02 CONSOLES DIGITAL COM NO MÍNIMO 48 CANAIS CONTENDO O MÍNIMO DE 08SUBGRUPOS, 08 VIAS AUXILIARES MÁSTER LR, 04 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO MAIS 01 PARAMÉTRICO COM INSERT EM TODOS OS CANAIS, 08 MONITORES DE CHÃO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 400W RMS CADA; AMPLIFICADORES COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE MONITORES; 01 SISTEMA DE SIDEFILL CONTENDO 04 CAIXAS PARA SUBGRAVES (04 FALANTES, 18 POLEGADAS COM 800W RMS CADA); 04 CAIXAS COM VIAS DE MÉDIO GRAVE E MÉDIO AGUDO (1.000W RMS CADA); AMPLIFICADORES COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE SIDEFILL, 01 PROCESSADOR DE 06 VIAS COM MÍNIMO 24 DB POR OITAVA, AJUSTE DE ÂNGULO DE FASE ENTRE AS BANDAS, ENTRADAS E SAÍDAS BALANCEADAS, 01 BATERIA COMPLETA COM 01 BUMBO, 02 TONS, 01 SURDO, 01 CAIXA, 02 ESTANTES PARA PRATOS, 01 ESTANTE PARA CAIXA, 01 MÁQUINA DE CHIMBAL, 01 PEDAL PARA BUMBO, 01 BANCO E UM KIT DE MICROFONES ESPECÍFICOS; 01 SISTEMA DE MONITOR PARA BATERIA COM UM SUB E UMA ALTA; 01 AMPLIFICADOR PARA BAIXO COM POTÊNCIA DE 800W RMS, 01 CAIXA COM 04 | DIÁRIA | 14 | | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



| | | | | | |
|------------------------|--|--------|----|--|--|
| | ALTOFALANTES DE 10 POLEGADAS E 01 CAIXA COM 01 ALTO- ALANTE DE 15 POLEGADAS; 01 CUBO PARA GUITARRA COM 2 FALANTES DE 12 POLEGADAS COM POTÊNCIA DE 300W RMS; 01 MONITOR PARA TECLADO; 18 DIRECT BOX PASSIVO PARA INSTRUMENTOS; 02 MICROFONES SEM FIO PARA VOZ, COM FREQUÊNCIA DE TRABALHO SELECIONÁVEL E FAIXA DE OPERAÇÃO UHF; 10 MICROFONES PARA VOCAL COM PEDESTAIS; 06 MICROFONES PARA USO DIVERSOS COM PEDESTAIS; CABOS E CONEXÕES PARA LIGAR TODO O SISTEMA INCLUINDO PARTE ELÉTRICA; 02 OPERADORES TÉCNICOS E 01 AUXILIAR TÉCNICO. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | | | | |
| 03 | LOCAÇÃO DE PASSARELA DESMONTÁVEL EM FORMATO DE T , EM ESTRUTURA METÁLICA, PASSARELA: FORMATO EM T, DE ENCAIXE PERFEITO EMESTRUTURA TUBULAR METÁLICA, CONFECCIONADO COM TUBOS DE AÇO COSTURADO COMREFORÇO CENTRAL, MEDINDO7MX 6M X 3M LARG. X 0,50 ATE 1,20M ALT. ESCADÁ: ESCADA TRASEIRA, LATERAL OUFONTAL, DE NO MÍNIMO 1,5M DE LARGURA EM ESTRUTURA METÁLICA COMACABAMENTO EMBORRACHADO OU ACARPETADO NA COR CINZA OU PRETA, ANTI CHAMASCOM CORRIMÃO NAS DUAS LATERAIS, CONFORME NORMAS DA ABNT. PISO CHAPEADO E REVESTIDO COM MATERIAL ANTI DERRAPANTE COMO CARPETE (CINZAOU PRETO) OU PISO EMBORRACHADO E SAIA EM TNT PRETO, GRAMATURA100, ANTI CHAMAS. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 05 | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | |

| | |
|--|-----------------------|
| CARIMBO COM CNPJ | |
| | Prazo de entrega: |
| | Validade da Proposta: |
| | |
| Assinatura do Representante da Empresa | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

| | | |
|---|----------------------------|------------------------|
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| CNPJ: | INSCRIÇÃO ESTADUAL: | |
| ENDEREÇO: | | |
| CEP: | CIDADE: | ESTADO: |
| E-MAIL: | FONE: | CEL: |
| CONTATO: | CARGO: | |
| BANCO: | | |
| CÓDIGO DO BANCO: | AGÊNCIA: | CONTA CORRENTE: |
| OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos, para realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO. | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026 | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 482/SUPEL/2026 | | |

LOTE 03 Locação de tendas, cota 75% - ampla concorrência.

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND | QTD | V. UNT | V.TOTAL |
|------|---|--------|-----|--------|---------|
| 01 | LOCAÇÃO DE TENDAS EM ESTRUTURA METÁLICA COM COBERTURA METÁLICA, DE 5X5MT , NA COR BRANCA, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA COM CALHAS, DEVEM SER ESTAQUEADAS E COM SUAS AMARRAÇÕES EM CABO DE AÇO. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO; ART MECÂNICA; ART ELÉTRICA; TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO. SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE DA SECRETARIA. | DIÁRIA | 108 | | |
| 02 | LOCAÇÃO DE TENDA TIPO CAMARIM EM ESTRUTURA METÁLICA COM COBERTURA METÁLICA, DE 5X5MT , CAMARIM EM OCTANORM, COM FECHAMENTO EM PAINEL TS BRANCO, TETO EM PERGOLADO, COM NO MÍNIMO UMA PORTA COM TRANCA E CHAVE, CLIMATIZADO COM AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, COM COBERTURA ESPECIAL ESTRUTURADA E LONAS BRANCAS NO FORMATO DUAS ÁGUAS, COM PISO ESTRUTURADO E PLACAS DE MADEIRA MODULADAS DE 1,25X1,25M, COM ALTURA DE 0,20M EM RELAÇÃO AO SOLO, COM FORRAÇÃO EM CARPETE, APLICADO SOBRE O PISO COM FITA DUPLA FACE. MOBILIÁRIO SENDO; 01 CONJUNTO DE SOFÁ, 02 MESAS E 08 CADEIRAS, 01 COOLER TÉRMICO, 01 ESPELHO DE CORPO INTEIRO E 02 ARARAS. OBS: CADA CAMARIM CONTÉM 1 BANHEIRO QUÍMICO COM PIA, FABRICADOS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVÁVEL, COM COBERTURA TRANSLÚCIDA, INCLINADA, COM CAVALETES PARA IMPEDIR A ENTRADA DA CHUVA. PORTA COM 180º DE ABERTURA, COM MOLA INTERNA (DE ALTA RESISTÊNCIA) QUE A MANTENHA FECHADA; VENTILAÇÃO INTERNA ATRAVÉS DE TELAS, ESPAÇO INTERNO MÍNIMO DE 2,4 METROS CÚBICOS. TRANCA EMBUTIDA RESISTENTE A VIOLAÇÃO COM INDICAÇÃO "LIVRE/OCUPADO". CAIXA DE DEJETOS COM ASSENTO, SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO, PONTOS DE LUZ, PISO ANTIDERRAPANTE INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 08 | | |
| 03 | LOCAÇÃO DE TENDAS EM ESTRUTURA METÁLICA COM COBERTURA METÁLICA, DE 10X10MT , NA COR BRANCA, MEDINDO 10X10, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA COM CALHAS, DEVEM SER ESTAQUEADAS E COM SUAS AMARRAÇÕES EM CABO DE AÇO. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO; ART MECÂNICA; ART ELÉTRICA; TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO. SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE DA SECRETARIA. | DIÁRIA | 41 | | |
| 04 | LOCAÇÃO DE TENDAS EM ESTRUTURA METÁLICA COM COBERTURA METÁLICA, DE 5X5MT , NA COR BRANCA, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA COM CALHAS, DEVEM SER ESTAQUEADAS E COM SUAS AMARRAÇÕES EM CABO DE AÇO. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR | DIÁRIA | 120 | | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



| | | | | | |
|------------------------|---|--------|----|--|--|
| | ENGENHEIRO; ART MECÂNICA; ART ELÉTRICA; TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO. SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE DA SECRETARIA. EXCLUSIVO PARA O FESTIVAL DE PRAIA/2026 | | | | |
| 05 | LOCAÇÃO DE TENDA TIPO CAMARIM EM ESTRUTURA METÁLICA COM COBERTURA METÁLICA, DE 5X5MT , CAMARIM EM OCTANORM, COM FECHAMENTO EM PAINEL TS BRANCO, TETO EM PERGOLADO, COM NO MÍNIMO UMA PORTA COM TRANCA E CHAVE, CLIMATIZADO COM AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, COM COBERTURA ESPECIAL ESTRUTURADA E LONAS BRANCAS NO FORMATO DUAS ÁGUAS, COM PISO ESTRUTURADO E PLACAS DE MADEIRA MODULADAS DE 1,25X1,25M, COM ALTURA DE 0,20M EM RELAÇÃO AO SOLO, COM FORRAÇÃO EM CARPETE, APLICADO SOBRE O PISO COM FITA DUPLA FACE. MOBILIÁRIO SENDO; 01 CONJUNTO DE SOFÁ, 02 MESAS E 08 CADEIRAS, 01 COOLER TÉRMICO, 01 ESPELHO DE CORPO INTEIRO E 02 ARARAS. OBS.: CADA CAMARIM CONTÉM 1 BANHEIRO QUÍMICO COM PIA, FABRICADOS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVÁVEL, COM COBERTURA TRANSLÚCIDA, INCLINADA, COM CAVALETES PARA IMPEDIR A ENTRADA DA CHUVA. PORTA COM 180º DE ABERTURA, COM MOLA INTERNA (DE ALTA RESISTÊNCIA) QUE A MANTENHA FECHADA; VENTILAÇÃO INTERNA ATRAVÉS DE TELAS, ESPAÇO INTERNO MÍNIMO DE 2,4 METROS CÚBICOS. TRANCA EMBUTIDA RESISTENTE A VIOLAÇÃO COM INDICAÇÃO "LIVRE/OCUPADO". CAIXA DE DEJETOS COM ASSENTO, SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO, PONTOS DE LUZ, PISO ANTIDERRAPANTE INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. EXCLUSIVO PARA O FESTIVAL DE PRAIA/2026 | DIÁRIA | 04 | | |
| 06 | LOCAÇÃO DE TENDAS EM ESTRUTURA METÁLICA COM COBERTURA METÁLICA, DE 10X10MT , NA COR BRANCA, MEDINDO 10X10, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA COM CALHAS, DEVEM SER ESTAQUEADAS E COM SUAS AMARRAÇÕES EM CABO DE AÇO. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO; ART MECÂNICA; ART ELÉTRICA; TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO. SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE DA SECRETARIA. EXCLUSIVO PARA O FESTIVAL DE PRAIA/2026 | DIÁRIA | 08 | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | |

| | |
|-------------------------|--|
| CARIMBO COM CNPJ | |
| | Prazo de entrega: |
| | Validade da Proposta: |
| | |
| | Assinatura do Representante da Empresa |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

| | | |
|---|---------------------|-----------------|
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| CNPJ: | INSCRIÇÃO ESTADUAL: | |
| ENDEREÇO: | | |
| CEP: | CIDADE: | ESTADO: |
| E-MAIL: | FONE: | CEL: |
| CONTATO: | CARGO: | |
| BANCO: | | |
| CÓDIGO DO BANCO: | AGÊNCIA: | CONTA CORRENTE: |
| OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos, para realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO. | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026 | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 482/SUPEL/2026 | | |

LOTE 04 – Locação de cabines e contêiner sanitário, cota 75% - ampla concorrência.

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND | QTD | V. UNT | V.TOTAL |
|------|---|--------|-----|--------|---------|
| 01 | LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS (BANHEIROS QUÍMICOS) EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, TIPO MASCULINO . BANHEIROS QUÍMICOS, CONFORME LEI 10.098/2000, COM CABINE EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, INCLUINDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, ILUMINAÇÃO INTERNA, PORTA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO E INDICAÇÃO EXTERNA DE ABERTO/FECHADO, PRODUTOS QUÍMICOS, PAPEL HIGIÊNICO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA E DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA. | DIÁRIA | 15 | | |
| 02 | LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS (BANHEIROS QUÍMICOS) EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, TIPO FEMININO . BANHEIROS QUÍMICOS, CONFORME LEI 10.098/2000, COM CABINE EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, INCLUINDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, ILUMINAÇÃO INTERNA, PORTA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO E INDICAÇÃO EXTERNA DE ABERTO/FECHADO, PRODUTOS QUÍMICOS, PAPEL HIGIÊNICO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA E DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA. | DIÁRIA | 15 | | |
| 03 | LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS (BANHEIROS QUÍMICOS) EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, TIPO ACESSIBILIDADE . BANHEIROS QUÍMICOS, CONFORME LEI 10.098/2000, COM CABINE EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, INCLUINDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, ILUMINAÇÃO INTERNA, PORTA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO E INDICAÇÃO EXTERNA DE ABERTO/FECHADO, PRODUTOS QUÍMICOS, PAPEL HIGIÊNICO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA E DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA. | DIÁRIA | 12 | | |
| 04 | CONTÊINER MODULAR , ADAPTADO PARA BANHEIROS MASCULINO E FEMININO CADA CONTAINER DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: CONTAINER MODULAR ADAPTADOS PARA BANHEIROS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA); DEVERÁ CONTER 6 (SEIS) CABINES COM VASOS SANITÁRIOS SENDO 3 MASCULINO E 3 FEMININO E 04 (QUATRO) LAVATÓRIOS CONTENDO PIAS E TORNEIRAS; TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/POLIUREIA. DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE MASCULINO OU FEMININO, CONFORME INDICADO PELA CONTRATANTE. OS BANHEIROS DEVERÃO SER CLIMATIZADOS COM CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO DE NO MÍNIMO 12.000 BTUS. CADA BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W. TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR 02 RESERVATÓRIOS DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO NAS CABINES SANITÁRIAS, 8 LIXEIRAS DE NO MÍNIMO 20 LITROS, PAPEL TOALHA E 2 ESPELHOS DE NO MÍNIMO 1,20M2. A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA SE RÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE | DIÁRIA | 39 | | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



| | | | | | |
|----|--|--------|----|--|--|
| | <p>NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO; A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER NO MINIMO 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO POR CONTAINER DURANTE TODO DIA DO EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PAR A ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS BANHEIROS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO.</p> | | | | |
| 05 | <p>CONTAINER MODULAR ADAPTADOS P/ PCD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA) E FRALDÁRIO BANHEIROS CONTAINER ESPECIAIS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA), DEVENDO TER DUAS CABINES PARA PCD MASCULINO/FEMININO COM 02 VASO SANITÁRIO COM BARRAS DE APOIO E 02 ESPAÇOS PARA FRALDÁRIO, CONTENDO 1 TROCADOR DE FRALDAS DOBRÁVEL INFANTIL, MEDIDA 70X45X90CM (LARGURA X COMPRIMENTO X ALTURA), A ESTRUTURA TAMBÉM DEVERÁ CONTER 1 LAVATÓRIO, CONTENDO PIA E TORNEIRA. TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/ POLIUREIA. 06 LIXEIRAS COM MÍNIMOS DE 20 LITROS CADA BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W E 04 TOMADAS DE ENTRADA UNIVERSAL DE 110 VOLTS (A EMPRESA DEVERÁ REALIZAR O ATERRAMENTO ELÉTRICO DA ESTRUTURA). DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE BANHEIRO PCD/FRALDÁRIO TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR ESPELHO, RESERVATÓRIO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA EM CADA LAVATÓRIO A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO. A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER NO MINIMO 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO DURANTE TODO O EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS PCD/FRALDÁRIOS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO.</p> | DIÁRIA | 15 | | |
| 06 | <p>CONTÊNER MODULAR, ADAPTADO PARA BANHEIROS MASCULINO E FEMININO CADA CONTAINER DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: CONTAINER MODULAR ADAPTADOS PARA BANHEIROS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA); DEVERÁ CONTER 6 (SEIS) CABINES COM VASOS SANITÁRIOS SENDO 3 MASCULINO E 3 FEMININO E 04 (QUATRO) LAVATÓRIOS CONTENDO PIAS E TORNEIRAS; TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/POLIUREIA. DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE MASCULINO OU FEMININO, CONFORME INDICADO PELA CONTRATANTE. OS BANHEIROS DEVERÃO SER CLIMATIZADOS COM CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO DE NO MÍNIMO 12.000 BTUS. CADA BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W. TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR 02 RESERVATÓRIOS DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO NAS CABINES SANITÁRIAS, 8 LIXEIRAS DE NO MÍNIMO 20 LITROS, PAPEL TOALHA E 2 ESPELHOS DE NO MÍNIMO 1,20M2. A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA SE RÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO; A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER NO MINIMO 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO POR CONTAINER DURANTE TODO DIA DO EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PAR A ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR</p> | DIÁRIA | 40 | | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



| | | | | | |
|------------------------|---|--------|----|--|--|
| | FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS BANHEIROS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO. EXCLUSIVO PARA O FESTIVAL DE PRAIA/2026 | | | | |
| 07 | CONTAINER MODULAR ADAPTADOS P/ PCD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA) E FRALDÁRIO BANHEIROS CONTAINER ESPECIAIS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA), DEVENDO TER DUAS CABINES PARA PCD MASCULINO/FEMININO COM 02 VASO SANITÁRIO COM BARRAS DE APOIO E 02 ESPAÇOS PARA FRALDÁRIO, CONTENDO 1 TROCADOR DE FRALDAS DOBRÁVEL INFANTIL, MEDIDA 70X45X90CM (LARGURA X COMPRIMENTO X ALTURA), A ESTRUTURA TAMBÉM DEVERÁ CONTER 1 LAVATÓRIO, CONTENDO PIA E TORNEIRA. TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/ POLIUREIA. 06 LIXEIRAS COM MÍNIMOS DE 20 LITROS CADA BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W E 04 TOMADAS DE ENTRADA UNIVERSAL DE 110 VOLTS (A EMPRESA DEVERÁ REALIZAR O ATERRAMENTO ELÉTRICO DA ESTRUTURA). DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE BANHEIRO PCD/FRALDÁRIO TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR ESPELHO, RESERVATÓRIO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA EM CADA LAVATÓRIO A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO. A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER NO MÍNIMO 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO DURANTE TODO O EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS PCD/FRALDÁRIOS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO. EXCLUSIVO PARA O FESTIVAL DE PRAIA/2026 | DIÁRIA | 16 | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | |

| | |
|------------------|--|
| CARIMBO COM CNPJ | |
| | Prazo de entrega: |
| | Validade da Proposta: |
| | |
| | Assinatura do Representante da Empresa |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

| | | |
|---|---------------------|-----------------|
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| CNPJ: | INSCRIÇÃO ESTADUAL: | |
| ENDEREÇO: | | |
| CEP: | CIDADE: | ESTADO: |
| E-MAIL: | FONE: | CEL: |
| CONTATO: | CARGO: | |
| BANCO: | | |
| CÓDIGO DO BANCO: | AGÊNCIA: | CONTA CORRENTE: |
| OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos, para realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO. | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026 | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 482/SUPEL/2026 | | |

LOTE 05 – Contratação de serviços terceirizados diversos, cota 75% - ampla concorrência.

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND | QTD | V. UNT | V.TOTAL |
|------|--|------|-----|--------|---------|
| 01 | CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA CIVIL DAR PARA SUPORTE EM EVENTOS, SEGURANÇA PRIVADA DESARMADA, EXECUTADO POR HOMEM/MULHER, DEVIDAMENTE UNIFORMIZADO E COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÍDO PARA OS CUIDADOS DE RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO, BEM COMO SUPORTE DE APOIO TÁTICO DE EMERGÊNCIA PARA A REVISTA E SEGURANÇA PREVENTIVA DENTRO DOS LOCAIS DOS EVENTOS. AVERIGUAR A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, DEVENDO EM CASOS DE TUMULTO E VANDALISMO IDENTIFICAR OS ENVOLVIDOS, COMUNICANDO IMEDIATAMENTE AS AUTORIDADES POLICIAIS COMPETENTES. COM CARGA HORÁRIA DE 9 HORAS. | SERV | 109 | | |
| 02 | CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DO CORPO DE BOMBEIROS DAR PARA SUPORTE EM EVENTOS, PARA EVENTOS EXTERNOS EM PERÍODO NOTURNO PARA PREVENÇÃO COMBATE A INCÊNDIO, ORIENTAÇÃO, PRIMEIROS SOCORROS E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA, EM CONFORMIDADE A LEI Nº. 11.901 DE 12 DE JANEIRO DE 2009, NORMATIVA NBR 14608, E NBR 16877, COM EXPERIÊNCIA NA ATIVIDADE DE COMBATE A INCÊNDIO, PRIMEIROS SOCORROS, PREVENÇÃO DE ACIDENTES E INSPEÇÃO DE EQUIPAMENTO, A CONTRATAÇÃO DESSE PROFISSIONAL SE FAZ NECESSÁRIO EM FACE DE OBRIGATORIEDADE EM EVENTOS COM MAIS DE 500 PESSOAS, CONFORME NORMAS TÉCNICAS DA ABNT-BOMBEIRO CIVIL. | SERV | 38 | | |
| 03 | CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE LIMPEZA URBANA , PARA LIMPEZA DO LOCAL DURANTE E APÓS A REALIZAÇÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS (PRAÇAS, RUAS, ÁREAS DE PALCO) APÓS EVENTOS, VISANDO A REMOÇÃO DE RESÍDUOS E A DEVOLUÇÃO DO ESPAÇO EM BOAS CONDIÇÕES, EQUIPE TREINADA E UNIFORMIZADA, COM USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS). COM CARGA HORÁRIA DE 9 HORAS. | SERV | 87 | | |
| 04 | CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL CAPACITADO PARA REALIZAÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO EM EVENTOS, FOGOS DE ARTIFÍCIO, COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE DO SHOW: 08 A 10 MINUTOS, COMPOSTO COM NO MÍNIMO: 04 KIT DE 3" /C 12 BOMBAS COR MISTAS; 02 KIT DE 4" C/ 9 BOMBAS COR MISTAS; 02 KIT COM 25 BOMBAS DE 2,5" CORES; 02 TORTA 30 TUBOS CROSSETE; 01 CASCATA C/20 MT; 01 TORTA 120 TB. SUPER SHOW DE 90 1.5"2 30 2"; 02 TORTA ZIG ZAG EM Z COR 195 TB. 20 MM; 01 BATERIAS DE 1872 TIROS. FIOS INCLUSO PARA DETONAÇÃO ELETRÔNICA. SENDO QUE TODAS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR COTA DA EMPRESA CONTRATADA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO: ATESTADO DE REGISTRO DE BLASTER EXPEDIDO, PELO DECAE – DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CONTROLE DE ARMAS MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS OU POR ÓRGÃO OFICIAL EQUIVALENTE; COMPROVAÇÃO QUE A EMPRESA POSSUI EM SEU QUADRO EFETIVO O PROFISSIONAL APTO, PARA CONHECIMENTO, MANUSEIO E OPERAÇÃO COM EXPLOSIVOS. DEVENDO SER DEMONSTRADO POR MEIO DA DECAE – RO – DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CONTROLE DE ARMAS MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS OU | SERV | 04 | | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



| | | | | | |
|----|--|------|-----|--|--|
| | POR ÓRGÃO OFICIAL EQUIVALENTE; ALVARÁ DE LICENCIAMENTO EXPEDIDO PELA DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CONTROLE DE ARMAS MUNIÇÕES EXPLOSIVOS OU POR ÓRGÃO OFICIAL EQUIVALENTE PARA COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE EXPLOSIVOS E ARTIGOS PIROTÉCNICOS E (PRODUÇÃO DE SHOWS PIROTÉCNICOS); LICENÇA AMBIENTAL – PARA O COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE EXPLOSIVOS E ARTIGOS PIROTÉCNICOS E (PRODUÇÃO DE SHOWS PIROTÉCNICOS). EXPEDIDA POR ÓRGÃO OFICIAL; ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (DECLARAÇÃO OU CERTIDÃO) FORNECIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, COMPROVANDO O DESEMPENHO DA EMPRESA EM CONTRATO PERTINENTE E COMPATÍVEL EM CARACTERÍSTICAS COM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO. DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA EM CONJUNTO AO LOCAL ONDE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS PIROTÉCNICOS E DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO, COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO. | | | | |
| 05 | CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA CIVIL DAR PARA SUPORTE EM EVENTOS, SEGURANÇA PRIVADA DESARMADA, EXECUTADO POR HOMEM/MULHER, DEVIDAMENTE UNIFORMIZADO E COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÍDO PARA OS CUIDADOS DE RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO, BEM COMO SUPORTE DE APOIO TÁTICO DE EMERGÊNCIA PARA A REVISTA E SEGURANÇA PREVENTIVA DENTRO DOS LOCAIS DOS EVENTOS. AVERIGUAR A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, DEVENDO EM CASOS DE TUMULTO E VANDALISMO IDENTIFICAR OS ENVOLVIDOS, COMUNICANDO IMEDIATAMENTE SAS AUTORIDADES POLICIAIS COMPETENTES. COM CARGA HORÁRIA DE 9 HORAS. EXCLUSIVO PARA O FESTIVAL DE PRAIA/2026 | SERV | 120 | | |
| 06 | CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DO CORPO DE BOMBEIROS DAR PARA SUPORTE EM EVENTOS, PARA EVENTOS EXTERNOS EM PERÍODO NOTURNO PARA PREVENÇÃO COMBATE A INCÊNDIO, ORIENTAÇÃO, PRIMEIROS SOCORROS E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA, EM CONFORMIDADE A LEI Nº. 11.901 DE 12 DE JANEIRO DE 2009, NORMATIVA NBR 14608, E NBR 16877, COM EXPERIÊNCIA NA ATIVIDADE DE COMBATE A INCÊNDIO, PRIMEIROS SOCORROS, PREVENÇÃO DE ACIDENTES E INSPEÇÃO DE EQUIPAMENTO, A CONTRATAÇÃO DESSE PROFISSIONAL SE FAZ NECESSÁRIO EM FACE DE OBRIGATORIEDADE EM EVENTOS COM MAIS DE 500 PESSOAS, CONFORME NORMAS TÉCNICAS DA ABNT-BOMBEIRO CIVIL. EXCLUSIVO PARA O FESTIVAL DE PRAIA/2026 | SERV | 120 | | |
| 07 | CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE LIMPEZA URBANA , PARA LIMPEZA DO LOCAL DURANTE E APÓS A REALIZAÇÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS (PRAÇAS, RUAS, ÁREAS DE PALCO) APÓS EVENTOS, VISANDO A REMOÇÃO DE RESÍDUOS E A DEVOLUÇÃO DO ESPAÇO EM BOAS CONDIÇÕES, EQUIPE TREINADA E UNIFORMIZADA, COM USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS). COM CARGA HORÁRIA DE 9 HORAS. EXCLUSIVO PARA O FESTIVAL DE PRAIA/2026 | SERV | 60 | | |
| 08 | CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL CAPACITADO PARA REALIZAÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO EM EVENTOS, FOGOS DE ARTIFÍCIO, COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE DO SHOW: 08 A 10 MINUTOS, COMPOSTO COM NO MÍNIMO: 04 KIT DE 3" /C 12 BOMBAS COR MISTAS; 02 KIT DE 4" C/ 9 BOMBAS COR MISTAS; 02 KIT COM 25 BOMBAS DE 2,5" CORES; 02 TORTA 30 TUBOS CROSSETTE; 01 CASCATA C/20 MT; 01 TORTA 120 TB. SUPER SHOW DE 90 1.5"2 30 2"; 02 TORTA ZIG ZAG EM Z COR 195 TB. 20 MM; 01 BATERIAS DE 1872 TIROS. FIOS INCLUSO PARA DETONAÇÃO ELETRÔNICA. SENDO QUE TODASAS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR COTA DA EMPRESA CONTRATADA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO: ATESTADO DE REGISTRO DE BLASTER EXPEDIDO, PELO DECAE – DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CONTROLE DE ARMAS MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS OU POR ÓRGÃO OFICIAL EQUIVALENTE; COMPROVAÇÃO QUE A EMPRESA POSSUI EM SEU QUADRO EFETIVO O PROFISSIONAL APTO, PARA CONHECIMENTO, MANUSEIO E OPERAÇÃO COM EXPLOSIVOS. DEVENDO SER DEMONSTRADO POR MEIO DA DECAE – RO – DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CONTROLE DE ARMAS MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS OU POR ÓRGÃO OFICIAL EQUIVALENTE; ALVARÁ DE LICENCIAMENTO EXPEDIDO PELA DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CONTROLE DE ARMAS MUNIÇÕES EXPLOSIVOS OU POR ÓRGÃO OFICIAL EQUIVALENTE PARA COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE EXPLOSIVOS E ARTIGOS PIROTÉCNICOS E (PRODUÇÃO DE SHOWS PIROTÉCNICOS); LICENÇA AMBIENTAL – PARA O COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE EXPLOSIVOS E ARTIGOS PIROTÉCNICOS E (PRODUÇÃO DE SHOWS PIROTÉCNICOS). EXPEDIDA POR ÓRGÃO OFICIAL; ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (DECLARAÇÃO OU CERTIDÃO) FORNECIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, COMPROVANDO O DESEMPENHO DA EMPRESA EM CONTRATO PERTINENTE E COMPATÍVEL EM CARACTERÍSTICAS COM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO. DECLARAÇÃO | SERV | 1 | | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



| | | | | | |
|------------------------|--|--|--|--|--|
| | DE VISITA TÉCNICA EM CONJUNTO AO LOCAL ONDE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS PIROTÉCNICOS E DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO, COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO. EXCLUSIVO PARA O FESTIVAL DE PRAIA/2026 | | | | |
| | | | | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | |

| | |
|------------------|--|
| CARIMBO COM CNPJ | |
| | Prazo de entrega: |
| | Validade da Proposta: |
| | |
| | Assinatura do Representante da Empresa |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

| | | |
|---|---------------------|-----------------|
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| CNPJ: | INSCRIÇÃO ESTADUAL: | |
| ENDEREÇO: | | |
| CEP: | CIDADE: | ESTADO: |
| E-MAIL: | FONE: | CEL: |
| CONTATO: | CARGO: | |
| BANCO: | | |
| CÓDIGO DO BANCO: | AGÊNCIA: | CONTA CORRENTE: |
| OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos, para realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO. | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026 | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 482/SUPEL/2026 | | |

LOTE 06 – Locação de Equipamentos Exclusivos para o Festival de Praia/2026

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND | QTD | V. UNT | V.TOTAL |
|------|--|--------|-----|--------|---------|
| 01 | LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DESMONTÁVEL EM AÇO DE PALCO DE MÉDIO/GRANDE PORTE, PALCO 12 X 08 COM ILUMINAÇÃO: PARA EVENTOS DE MÉDIO/GRANDE PORTE COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: ESTRUTURA DE COLUNAS E TETO TODA DE Q-30 LINHA P EM ALUMÍNIO MEDINDO 14 METROS DE LARGURA E 12 METROS DE FUNDO COM PÉ DIREITO DE 10 METROS DE ALTURA; 2 METROS NAS LATERAIS COM COLUNAS PARA ASA DE P A, COBERTURA DE DUAS AGUAS EM LONA BRANCA TENSIONADA ANTECHAMAS, PISO DE 2 METROS DE ALTURA EM COMPENSADO NAVAL DE 25 MM ANTE DERRAPANTE, FECHAMENTO NAS LATERAIS E FUNDO DE SOMBRIT PRETO, GUARDA CORPO DE 1.20 DE ALTURA EM VOLTA DO PISO, UMA ÁREA DE SERVIÇO 4X4, ESCADA DE ACESSO COM DEGRAUS ANTE DERRAPANTE DE 1,20 DE LARGURA COM CORRIMÃO NAS LATERAIS, , UM HOUSEMIX 3X3 EM 2 ANDARES COM 5 METROS DE ALTURA PARA MESA DE SOM DO P A E POSICIONAMENTO DE CANHÃO SEGUIDOR. ILUMINAÇÃO: 08 MUVINGS BEM 200 5R; 12 REFLETORES ELIPSOS 750 WATTS CADA COM ÍRIS; 02 CANHÕES SEGUIDOR 1500 WATTS CADA; 04 STROBOSATÔMIC 3000 WATTS CADA; 04 REFLETORES MIMIBRUT DE 6 LÂMPADAS; 16 PAR LED 3 WATTS RGB. 32 PAR 64 FOCO 5. 1 RACK DIMERS 12 CANAIS DMX 4000 WATTS POR CANAL; 01 MESA DE ILUMINAÇÃO DIGITAL DMX 2048; 02 MAQUINAS DE FUMAÇA 3000 WATTS CADA COM VENTILADOR; 1 GRIDE 08X06 COM 6 METROS DE ALTURA EM Q30 COM TRAVE NO MEIO PARA MONTAGEM DA ILUMINAÇÃO.PARA GRANDES EVENTOS, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 4 | | |
| 02 | LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PA PARA EVENTOS DE GRANDE PORTE , SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE: 24 CAIXAS LINE ARRAY "MÉDIO GRAVE/MÉDIO/AGUDO" (3 VIAS COM POTÊNCIA DE 1.750 RMS CADA); 18 CAIXAS DE SUBGRAVES (36 FALANTES, 18 POLEGADAS COM 800W RMS CADA); AMPLIFICADORES COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE PA; 01 PROCESSADOR DE 08 VIAS DIGITAL COM NO MÍNIMO 24 DB POR OITAVA, AJUSTE DE ÂNGULO DE FASE ENTRE AS BANDAS, ENTRADAS E SAÍDAS BALANCEADAS; 01 MULTICABO BALANCEADO COM SPLITER NO MÍNIMO DE 48 VIAS (60MTS); 01 NOTEBOOK, 02 CONSOLES DIGITAL COM NO MÍNIMO 48 CANAIS CONTENDO O MÍNIMO DE 08SUBGRUPOS, 08 VIAS AUXILIARES MÁSTER LR, 04 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO MAIS 01 PARAMÉTRICO COM INSERT EM TODOS OS CANAIS, 08 MONITORES DE CHÃO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 400W RMS CADA; AMPLIFICADORES COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE MONITORES; 01 SISTEMA DE SIDEFILL CONTENDO 04 CAIXAS PARA SUBGRAVES (04 FALANTES, 18 POLEGADAS COM 800W RMS CADA); 04 CAIXAS COM VIAS DE MÉDIO GRAVE E MÉDIO AGUDO (1.000W RMS CADA); AMPLIFICADORES COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE SIDEFILL, 01 PROCESSADOR DE 06 VIAS COM MÍNIMO 24 DB POR OITAVA, AJUSTE DE ÂNGULO DE FASE ENTRE AS BANDAS, ENTRADAS E SAÍDAS BALANCEADAS, 01 BATERIA COMPLETA COM 01 BUMBO, 02 TONS, 01 SURDO, 01 CAIXA, 02 ESTANTES PARA PRATOS, 01 ESTANTE PARA CAIXA, 01 MÁQUINA DE CHIMBAL, 01 PEDAL PARA BUMBO, 01 BANCO E UM KIT DE MICROFONES ESPECÍFICOS; 01 SISTEMA DE MONITOR PARA BATERIA COM UM SUB E UMA ALTA; 01 AMPLIFICADOR PARA BAIXO COM POTÊNCIA DE 800W RMS, 01 CAIXA COM 04 | DIÁRIA | 4 | | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



| | | | | | |
|------------------------|--|--------|---|--|--|
| | ALTOFALANTES DE 10 POLEGADAS E 01 CAIXA COM 01 ALTO- ALANTE DE 15 POLEGADAS; 01 CUBO PARA GUITARRA COM 2 FALANTES DE 12 POLEGADAS COM POTÊNCIA DE 300W RMS; 01 MONITOR PARA TECLADO; 18 DIRECT BOX PASSIVO PARA INSTRUMENTOS; 02 MICROFONES SEM FIO PARA VOZ, COM FREQUÊNCIA DE TRABALHO SELECIONÁVEL E FAIXA DE OPERAÇÃO UHF; 10 MICROFONES PARA VOCAL COM PEDESTAIS; 06 MICROFONES PARA USO DIVERSOS COM PEDESTAIS; CABOS E CONEXÕES PARA LIGAR TODO O SISTEMA INCLUINDO PARTE ELÉTRICA; 02 OPERADORES TÉCNICOS E 01 AUXILIAR TÉCNICO. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | | | | |
| 03 | LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED , TELÃO LED/ PAINEL: 01 PAINEL DE LED, SENDO OBRIGATORIAMENTE UM DOS MODELOS: P06, P08 OU P10, MEDINDO 4X2 METROS, OU SEJA, 04 METROS DE LARGURA POR 02 METROS DE ALTURA. O PAINEL DEVE TER SUA PLACA PROCESSADORA LIGADA SIMULTANEAMENTE, COM 01 CAMERA FILMADORA DIGITAL FULLHD; DVD; NOTEBOOK; COM MESA DE CORTE E COM PROFISSIONAIS DA ÁREA PARA OPERAR TANTO A CÂMERA QUANTO A MESA DE CORTE. SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO ASSINADA PELO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE – ART E TAXA DO CREA PAGA E DEMAIS AUTORIZAÇÕES E DISPOSITIVOS LEGAIS, QUANDO FOR O CASO, CONFORME A LEGISLAÇÃO. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 4 | | |
| 04 | LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL , ILUMINAÇÃO PARA EVENTO DE MÉDIO/GRANDE PORTE: 24 - REFLETORES PAR 64 FOCO 5, 24 - REFLETORES PAR LED RGBW; 16- ACL (PAR 56 FOCO 1) 07- ELIPSOIDAL COMPLETO; 10- SET LIGHT; 04- MINIBRUTE DE 6 LÂMPADAS CADA; 02- MÁQUINA DE FUMAÇA DE 1500W COM VENTILADOR; 04 - MOVING BEAM 200, 04 - MOVING BEAM 300, 04 - STROBO 3000, 24 - CANAIS DE DIMMER. (DMX 512); 01- NO MÍNIMO 1 SPLITER DE 4 OU 8 CANAIS; 01- MESA REGIA OU AVOLITE PEARL 2004; INCLUSO O CABEAMENTO NECESSÁRIO, LIQUIDO PARA AS MÁQUINAS DE FUMAÇA DE BOA QUALIDADE E NEUTRO. 01 CANHÃO SEGUIDOR, ESCADA PARA AFINAÇÃO, COM ESTRUTURA PARA FIXAÇÃO DA ILUMINAÇÃO, ATENDENDO AO RIDER TÉCNICO DE TODOS OS ARTISTAS QUE SE APRESENTEM DURANTE O EVENTO.. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 4 | | |
| 05 | LOCAÇÃO DE PASSARELA DESMONTÁVEL EM FORMATO DE T , EM ESTRUTURA METÁLICA, PASSARELA: FORMATO EM T, DE ENCAIXE PERFEITO E ESTRUTURA TUBULAR METÁLICA, CONFECCIONADO COM TUBOS DE AÇO COSTURADO COM REFORÇO CENTRAL, MEDINDO 7MX 6M X 3M LARG. X 0,50 ATE 1,20M ALT. ESCADA: ESCADA TRASEIRA, LATERAL OUFONTAL, DE NO MÍNIMO 1,5M DE LARGURA EM ESTRUTURA METÁLICA COM ACABAMENTO EMBORRACHADO OU ACARPETADO NA COR CINZA OU PRETA, ANTI CHAMAS COM CORRIMÃO NAS DUAS LATERAIS, CONFORME NORMAS DA ABNT. PISO CHAPEADO E REVESTIDO COM MATERIAL ANTI DERRAPANTE COMO CARPETE (CINZA OU PRETO) OU PISO EMBORRACHADO E SAIA EM TNT PRETO, GRAMATURA 100, ANTI CHAMAS. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 4 | | |
| 06 | LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA MÍNIMO 260KVA, GRUPO DE GERADOR DE 260 KVA, SILENCIOSO, DIESEL, TRIFÁSICO, 110/220/380V. GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA COM CAPACIDADE DE 260 KVA, MOTOR SUPER SILENCIADO A DIESEL COM TECNOLOGIA DE COMBUSTÃO QUE ASSEGURE BAIXOS NÍVEIS DE EMISSÃO, POTÊNCIA ESTÁVEL, CONFIABILIDADE E RESPOSTAS IMEDIATAS AS VARIAÇÕES DE CARGA. COM ART INCLUINDO TRANSPORTE. | DIÁRIA | 4 | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | |

| | |
|------------------|--|
| CARIMBO COM CNPJ | |
| | Prazo de entrega: |
| | Validade da Proposta: |
| | |
| | Assinatura do Representante da Empresa |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

| | | |
|---|----------------------------|------------------------|
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| CNPJ: | INSCRIÇÃO ESTADUAL: | |
| ENDEREÇO: | | |
| CEP: | CIDADE: | ESTADO: |
| E-MAIL: | FONE: | CEL: |
| CONTATO: | CARGO: | |
| BANCO: | | |
| CÓDIGO DO BANCO: | AGÊNCIA: | CONTA CORRENTE: |
| OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos, para realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO. | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14 /2026 | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 482/SUPEL/2026 | | |

| LOTE 07: Locação de equipamentos para eventos de pequeno porte, cota de 25% - exclusiva ME, EPP | | | | | |
|---|---|--------|-----|--------|---------|
| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND | QTD | V. UNT | V.TOTAL |
| 01 | LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DESMONTÁVEL EM AÇO DE PALCO DE PEQUENO PORTE, PALCO 08 X 06 COM ILUMINACAO DE PEQUENO PORTE MONTAGEM DE PALCO 08 X 06 COM ILUMINAÇÃO: PARA EVENTOS DE PEQUENO PORTE COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: ESTRUTURA DE COLUNAS E DE TETO TODA DE Q-30 LINHA P EM ALUMÍNIO MEDINDO 8 METROS DE LARGURA E 06 METROS DE FUNDO, COM PÉ DIREITO DE 07 METROS DE ALTURA E 01 METRO DE ASA PARA CADA LATERAL PARA MONTAGEM DE P A, COBERTURA DE DUAS ÁGUAS COM LONA TENSIONADA BRANCO GELO ANTE CHAMAS, PISO DE 1,20 DE ALTURA EM COMPENSADO NAVAL DE 25MM ANTE DERRAPANTE, GUARDA CORPO DE 1.20 DE ALTURA EM VOLTA DO PISO, FECHAMENTO NAS LATERAIS E FUNDO COM SOMBRIT PRETO, ESCADA DE ACESSO COM DEGRAUS ANTE DERRAPANTE DE 1,20 DE LARGURA COM CORRIMÃO NAS LATERAIS. ILUMINAÇÃO: 08 PARES LED 3 WATTS RGB; 4 MUVINGS BEAN 200 5R. 2 REFLETORES MIMIBRUTS 4 LÂMPADAS CADA. 1 RACK DIMER DMX 12 CANAIS 4000 WATTS POR CANAL; 1 MESA CONTROLADORA DMX 512 40 CANAIS; 1 MÁQUINA DE FUMAÇA 1500 WATTS COM VENTILADOR. PARA PEQUENOS EVENTOS, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIARIA | 02 | | |
| 02 | LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO COMPACTO PA PARA PEQUENAS REUNIÕES, APRESENTAÇÕES, PALESTRAS , EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES E EXIGENCIAS TECNICAS PARA INAUGURAÇÕES MUNICIPAIS E PALESTRAS/COBERTURA SONORA ESTIMADA PARA ESPAÇOS FISICOS DE NO MAXIMO DE 15 M LINEARES E OU 800 PAX. 01 MESA DE SOM DE 8 CANAIS 01 APARELHO CD PLAYER – CD PLAYER COM LEITURA PARA MP3 PARA PROGRAMAÇÃO MUSICAL AMBIENTE. 04 CAIXAS ACÚSTICAS DE 15 POLEGADAS TIPO TREE WAY DE MÉDIAS E ALTAS FREQUÊNCIAS ATIVAS – CAIXAS ACÚSTICAS BI AMPLIFICADAS DE 400 WATTS, COM PROCESSADOR DE ÁUDIO INTERNO; 02 MONITORES DE PALCO ATIVO; 02 MICROFONES PARA VOZ COM FIO – SEM DO UM PARA USO E OUTRO PARA SATND-BY (PADRÃO DE REFERENCIA BETA 58) 02 MICROFONES PARA VOZ SEM FIO – SEM DO UM PARA USO E OUTRO PARA SATND-BY (PADRÃO DE REFERENCIA BETA 58) 4 PEDESTAIS DE MICROFONES – TIPO GIRAFÁ ARTICULÁVEL COM ALTURA: MÍNIMA 56CM - MÁXIMA 73CM, COR: PRETA PINTURA ELETROSTÁTICA; CABOS E ACESSÓRIOS – TODOS OS CABOS, ACESSÓRIOS, CABOS DE AC, NECESSÁRIOS PARA O BOM FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. 01 TÉCNICO – TÉCNICO DEVERA MONTAR, OPERAR, DAR ASSISTÊNCIA E DESMONTAR OS EQUIPAMENTOS. | DIÁRIA | 05 | | |
| 03 | LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PA PARA EVENTOS DE PEQUENO PORTE , SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE: 08 CAIXAS LINE ARRAY “GRAVE/MÉDIO/AGUDO” (3 VIAS COM POTÊNCIA DE 1.750 RMS CADA); 04 CAIXAS DE SUBGRAVES | DIÁRIA | 05 | | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



| | | | | | |
|------------------------|---|--------|----|--|--|
| | (36 FALANTES, 18 POLEGADAS COM 800W RMS CADA); AMPLIFICADORES COMPATÍVEL COM O SISTEMA; 01 MICROFONE SEM FIO PARA VOZ, COM FREQUÊNCIA DE TRABALHO SELECIONÁVEL E FAIXA DE OPERAÇÃO UHF; 04 MICROFONES PARA USO DIVERSOS COM PEDESTAIS; 01 NOTEBOOK; 01 CONSOLE DIGITAL COM NO MÍNIMO 24 CANAIS CONTENDO 04 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO, 04 VIAS DE SAÍDA PARA MONITOR; 02 MONITORES DE CHÃO COM NO MÍNIMO 300W RMS CADA E AMPLIFICADOR COMPATÍVEL COM OS MONITORES; CABOS E CONEXÕES PARA LIGAR TODO O SISTEMA INCLUINDO PARTE ELÉTRICA, 01 OPERADOR TÉCNICO. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | | | | |
| 04 | LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED , TELÃO LED/ PAINEL: 01 PAINEL DE LED, SENDO OBRIGATORIAMENTE UM DOS MODELOS: P06, P08 OU P10, MEDINDO 4X2 METROS, OU SEJA, 04 METROS DE LARGURA POR 02 METROS DE ALTURA. O PAINEL DEVE TER SUA PLACA PROCESSADORA LIGADA SIMULTANEAMENTE, COM 01 CAMERA FILMADORA DIGITAL FULLHD; DVD; NOTEBOOK; COM MESA DE CORTE E COM PROFISSIONAIS DA ÁREA PARA OPERAR TANTO A CÂMERA QUANTO A MESA DE CORTE. SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO ASSINADA PELO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE – ART E TAXA DO CREA PAGA E DEMAIS AUTORIZAÇÕES E DISPOSITIVOS LEGAIS, QUANDO FOR O CASO, CONFORME A LEGISLAÇÃO. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 03 | | |
| 05 | LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL , ILUMINAÇÃO PARA EVENTO DE MÉDIO/GRANDE PORTE: 24 - REFLETORES PAR 64 FOCO 5, 24 - REFLETORES PAR LED RGBW; 16- ACL (PAR 56 FOCO 1) 07- ELIPSOIDAL COMPLETO; 10- SET LIGHT; 04- MINIBRUTE DE 6 LÂMPADAS CADA; 02- MÁQUINA DE FUMAÇA DE 1500W COM VENTILADOR; 04 - MOVING BEAM 200, 04 - MOVING BEAM 300, 04 - STROBO 3000, 24 - CANAIS DE DIMMER. (DMX 512); 01- NO MÍNIMO 1 SPLITER DE 4 OU 8 CANAIS; 01- MESA REGIA OU AVOLITE PEARL 2004; INCLUSO O CABEAMENTO NECESSÁRIO, LIQUIDO PARA AS MÁQUINAS DE FUMAÇA DE BOA QUALIDADE E NEUTRO. 01 CANHÃO SEGUIDOR, ESCADA PARA AFINAÇÃO, COM ESTRUTURA PARA FIXAÇÃO DA ILUMINAÇÃO, ATENDENDO AO RIDER TÉCNICO DE TODOS OS ARTISTAS QUE SE APRESENTEM DURANTE O EVENTO. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 04 | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | |

| | |
|-------------------------|--|
| CARIMBO COM CNPJ | |
| | Prazo de entrega: |
| | Validade da Proposta: |
| | |
| | Assinatura do Representante da Empresa |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

| | | |
|---|---------------------|-----------------|
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| CNPJ: | INSCRIÇÃO ESTADUAL: | |
| ENDEREÇO: | | |
| CEP: | CIDADE: | ESTADO: |
| E-MAIL: | FONE: | CEL: |
| CONTATO: | CARGO: | |
| BANCO: | | |
| CÓDIGO DO BANCO: | AGÊNCIA: | CONTA CORRENTE: |
| OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos, para realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO. | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14 /2026 | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 482/SUPEL/2026 | | |

LOTE 08 – Locação de equipamentos para eventos de grande porte, cota de 25% - exclusiva ME, EPP

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND | QTD | V. UNT | V.TOTAL |
|------|--|--------|-----|--------|---------|
| 01 | LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DESMONTAVEL EM AÇO DE PALCO DE MÉDIO/GRANDE PORTE, PALCO 12 X 08 COM ILUMINAÇÃO: PARA EVENTOS DE MÉDIO/GRANDE PORTE COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: ESTRUTURA DE COLUNAS E TETO TODA DE Q-30 LINHA P EM ALUMÍNIO MEDINDO 14 METROS DE LARGURA E 12 METROS DE FUNDO COM PÉ DIREITO DE 10 METROS DE ALTURA; 2 METROS NAS LATERAIS COM COLUNAS PARA ASA DE P A, COBERTURA DE DUAS AGUAS EM LONA BRANCA TENSIONADA ANTECHAMAS, PISO DE 2 METROS DE ALTURA EM COMPENSADO NAVAL DE 25 MM ANTE DERRAPANTE, FECHAMENTO NAS LATERAIS E FUNDO DE SOMBRIT PRETO, GUARDA CORPO DE 1.20 DE ALTURA EM VOLTA DO PISO, UMA ÁREA DE SERVIÇO 4X4, ESCADA DE ACESSO COM DEGRAUS ANTE DERRAPANTE DE 1,20 DE LARGURA COM CORRIMÃO NAS LATERAIS, , UM HOUSEMIX 3X3 EM 2 ANDARES COM 5 METROS DE ALTURA PARA MESA DE SOM DO P A E POSICIONAMENTO DE CANHÃO SEGUIDOR. ILUMINAÇÃO: 08 MUVINGS BEM 200 5R; 12 REFLETORES ELIPSOS 750 WATTS CADA COM ÍRIS; 02 CANHÕES SEGUIDOR 1500 WATTS CADA; 04 STROBOSATÔMIC 3000 WATTS CADA; 04 REFLETORES MIMIBRUT DE 6 LÂMPADAS; 16 PAR LED 3 WATTS RGB. 32 PAR 64 FOCO 5. 1 RACK DIMERS 12 CANAIS DMX 4000 WATTS POR CANAL; 01 MESA DE ILUMINAÇÃO DIGITAL DMX 2048; 02 MAQUINAS DE FUMAÇA 3000 WATTS CADA COM VENTILADOR; 1 GRIDE 08X06 COM 6 METROS DE ALTURA EM Q30 COM TRAVE NO MEIO PARA MONTAGEM DA ILUMINAÇÃO.PARA GRANDES EVENTOS, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 04 | | |
| 02 | LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PA PARA EVENTOS DE GRANDE PORTE , SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE: 24 CAIXAS LINE ARRAY "MÉDIO GRAVE/MÉDIO/AGUDO" (3 VIAS COM POTÊNCIA DE 1.750 RMS CADA); 18 CAIXAS DE SUBGRAVES (36 FALANTES, 18 POLEGADAS COM 800W RMS CADA); AMPLIFICADORES COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE PA; 01 PROCESSADOR DE 08 VIAS DIGITAL COM NO MÍNIMO 24 DB POR OITAVA, AJUSTE DE ÂNGULO DE FASE ENTRE AS BANDAS, ENTRADAS E SAÍDAS BALANCEADAS; 01 MULTICABO BALANCEADO COM SPLITER NO MÍNIMO DE 48 VIAS (60MTS); 01 NOTEBOOK, 02 CONSOLES DIGITAL COM NO MÍNIMO 48 CANAIS CONTENDO O MÍNIMO DE 08SUBGRUPOS, 08 VIAS AUXILIARES MÁSTER LR, 04 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO MAIS 01 PARAMÉTRICO COM INSERT EM TODOS OS CANAIS, 08 MONITORES DE CHÃO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 400W RMS CADA; AMPLIFICADORES COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE MONITORES; 01 SISTEMA DE SIDEFILL CONTENDO 04 CAIXAS PARA SUBGRAVES (04 FALANTES, 18 POLEGADAS COM 800W RMS CADA); 04 CAIXAS COM VIAS DE MÉDIO GRAVE E MÉDIO AGUDO (1.000W RMS CADA); AMPLIFICADORES COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE SIDEFILL, 01 PROCESSADOR DE 06 VIAS COM MÍNIMO 24 DB POR OITAVA, AJUSTE DE ÂNGULO DE FASE ENTRE AS BANDAS, ENTRADAS E SAÍDAS BALANCEADAS, 01 BATERIA COMPLETA COM 01 BUMBO, 02 TONS, 01 SURDO, 01 CAIXA, 02 ESTANTES PARA PRATOS, 01 Estante PARA CAIXA, 01 MÁQUINA DE CHIMBAL, 01 PEDAL PARA BUMBO, 01 BANCO E UM KIT DE MICROFONES ESPECÍFICOS; 01 SISTEMA DE MONITOR PARA BATERIA COM UM SUB E UMA ALTA; 01 AMPLIFICADOR PARA BAIXO COM POTÊNCIA DE 800W RMS, 01 CAIXA COM 04 | DIÁRIA | 04 | | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



| | | | | | |
|------------------------|--|--------|----|--|--|
| | ALTOFALANTES DE 10 POLEGADAS E 01 CAIXA COM 01 ALTO- ALANTE DE 15 POLEGADAS; 01 CUBO PARA GUITARRA COM 2 FALANTES DE 12 POLEGADAS COM POTÊNCIA DE 300W RMS; 01 MONITOR PARA TECLADO; 18 DIRECT BOX PASSIVO PARA INSTRUMENTOS; 02 MICROFONES SEM FIO PARA VOZ, COM FREQUÊNCIA DE TRABALHO SELECIONÁVEL E FAIXA DE OPERAÇÃO UHF; 10 MICROFONES PARA VOCAL COM PEDESTAIS; 06 MICROFONES PARA USO DIVERSOS COM PEDESTAIS; CABOS E CONEXÕES PARA LIGAR TODO O SISTEMA INCLUINDO PARTE ELÉTRICA; 02 OPERADORES TÉCNICOS E 01 AUXILIAR TÉCNICO. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | | | | |
| 03 | LOCAÇÃO DE PASSARELA DESMONTÁVEL EM FORMATO DE T , EM ESTRUTURA METÁLICA, PASSARELA: FORMATO EM T, DE ENCAIXE PERFEITO EMESTRUTURA TUBULAR METÁLICA, CONFECCIONADO COM TUBOS DE AÇO COSTURADO COMREFORÇO CENTRAL, MEDINDO7MX 6M X 3M LARG. X 0,50 ATE 1,20M ALT. ESCADÁ: ESCADA TRASEIRA, LATERAL OUFONTAL, DE NO MÍNIMO 1,5M DE LARGURA EM ESTRUTURA METÁLICA COMACABAMENTO EMBORRACHADO OU ACARPETADO NA COR CINZA OU PRETA, ANTI CHAMASCOM CORRIMÃO NAS DUAS LATERAIS, CONFORME NORMAS DA ABNT. PISO CHAPEADO E REVESTIDO COM MATERIAL ANTI DERRAPANTE COMO CARPETE (CINZAOU PRETO) OU PISO EMBORRACHADO E SAIA EM TNT PRETO, GRAMATURA100, ANTI CHAMAS. INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 01 | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | |

| | |
|--|-----------------------|
| CARIMBO COM CNPJ | |
| | Prazo de entrega: |
| | Validade da Proposta: |
| | |
| Assinatura do Representante da Empresa | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

| | | |
|---|----------------------------|------------------------|
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| CNPJ: | INSCRIÇÃO ESTADUAL: | |
| ENDEREÇO: | | |
| CEP: | CIDADE: | ESTADO: |
| E-MAIL: | FONE: | CEL: |
| CONTATO: | CARGO: | |
| BANCO: | | |
| CÓDIGO DO BANCO: | AGÊNCIA: | CONTA CORRENTE: |
| OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos, para realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO. | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026 | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 482/SUPEL/2026 | | |

LOTE 09 Locação de Tendas, cota de 25% - exclusiva ME, EPP

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND | QTD | V. UNT | V.TOTAL |
|------------------------|--|--------|-----|--------|---------|
| 01 | LOCAÇÃO DE TENDAS EM ESTRUTURA METÁLICA COM COBERTURA METÁLICA, DE 5X5MT , NA COR BRANCA, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA COM CALHAS, DEVEM SER ESTAQUEADAS E COM SUAS AMARRAÇÕES EM CABO DE AÇO. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO; ART MECÂNICA; ART ELÉTRICA; TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO. SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE DA SECRETARIA. | DIÁRIA | 36 | | |
| 02 | LOCAÇÃO DE TENDA TIPO CAMARIM EM ESTRUTURA METÁLICA COM COBERTURA METÁLICA, DE 5X5MT , CAMARIM EM OCTANORM, COM FECHAMENTO EM PAINEL TS BRANCO, TETO EM PERGOLADO, COM NO MÍNIMO UMA PORTA COM TRANCA E CHAVE, CLIMATIZADO COM AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, COM COBERTURA ESPECIAL ESTRUTURADA E LONAS BRANCAS NO FORMATO DUAS ÁGUAS, COM PISO ESTRUTURADO E PLACAS DE MADEIRA MODULADAS DE 1,25X1,25M, COM ALTURA DE 0,20M EM RELAÇÃO AO SOLO, COM FORRAÇÃO EM CARPETE, APLICADO SOBRE O PISO COM FITA DUPLA FACE. MOBILIÁRIO SENDO: 01 CONJUNTO DE SOFÁ, 02 MESAS E 08 CADEIRAS, 01 COOLER TÉRMICO, 01 ESPELHO DE CORPO INTEIRO E 02 ARARAS. OBS: CADA CAMARIM CONTÉM 1 BANHEIRO QUÍMICO COM PIA, FABRICADOS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVÁVEL, COM COBERTURA TRANSLÚCIDA, INCLINADA, COM CAVALETES PARA IMPEDIR A ENTRADA DA CHUVA. PORTA COM 180º DE ABERTURA, COM MOLA INTERNA (DE ALTA RESISTÊNCIA) QUE A MANTENHA FECHADA; VENTILAÇÃO INTERNA ATRAVÉS DE TELAS, ESPAÇO INTERNO MÍNIMO DE 2,4 METROS CÚBICOS. TRANCA EMBUTIDA RESISTENTE A VIOLAÇÃO COM INDICAÇÃO "LIVRE/OCUPADO". CAIXA DE DEJETOS COM ASSENTO, SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO, PONTOS DE LUZ, PISO ANTIDERRAPANTE INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. | DIÁRIA | 02 | | |
| 03 | LOCAÇÃO DE TENDAS EM ESTRUTURA METÁLICA COM COBERTURA METÁLICA, DE 10X10MT , NA COR BRANCA, MEDINDO 10X10, MODELO PIRAMIDAL OU CHAPÉU DE BRUXA COM CALHAS, DEVEM SER ESTAQUEADAS E COM SUAS AMARRAÇÕES EM CABO DE AÇO. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO ASSINADA POR ENGENHEIRO; ART MECÂNICA; ART ELÉTRICA; TAXA DO CREA PAGA COM A DEVIDA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO. SENDO QUE TODAS AS DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. E DEVERÃO SER MONTADOS CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA EQUIPE DA SECRETARIA. | DIÁRIA | 13 | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | |

| | |
|--|-----------------------|
| CARIMBO COM CNPJ | |
| | Prazo de entrega: |
| | Validade da Proposta: |
| | |
| Assinatura do Representante da Empresa | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

| | | |
|---|---------------------|-----------------|
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| CNPJ: | INSCRIÇÃO ESTADUAL: | |
| ENDEREÇO: | | |
| CEP: | CIDADE: | ESTADO: |
| E-MAIL: | FONE: | CEL: |
| CONTATO: | CARGO: | |
| BANCO: | | |
| CÓDIGO DO BANCO: | AGÊNCIA: | CONTA CORRENTE: |
| OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos, para realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO. | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14 / 2026 | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 482/SUPEL/2026 | | |

| LOTE 10 – Locação de Cabines e Contêiner Sanitário, cota de 25% - exclusiva ME, EPP | | | | | |
|---|---|--------|-----|--------|---------|
| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND | QTD | V. UNT | V.TOTAL |
| 01 | LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS (BANHEIROS QUÍMICOS) EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, TIPO MASCULINO . BANHEIROS QUÍMICOS, CONFORME LEI 10.098/2000, COM CABINE EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, INCLUINDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, ILUMINAÇÃO INTERNA, PORTA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO E INDICAÇÃO EXTERNA DE ABERTO/FECHADO, PRODUTOS QUÍMICOS, PAPEL HIGIÊNICO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA E DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA. | DIÁRIA | 05 | | |
| 02 | LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS (BANHEIROS QUÍMICOS) EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, TIPO FEMININO . BANHEIROS QUÍMICOS, CONFORME LEI 10.098/2000, COM CABINE EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, INCLUINDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, ILUMINAÇÃO INTERNA, PORTA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO E INDICAÇÃO EXTERNA DE ABERTO/FECHADO, PRODUTOS QUÍMICOS, PAPEL HIGIÊNICO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA E DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA. | DIÁRIA | 05 | | |
| 03 | LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS (BANHEIROS QUÍMICOS) EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, TIPO ACESSIBILIDADE . BANHEIROS QUÍMICOS, CONFORME LEI 10.098/2000, COM CABINE EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, INCLUINDO VASO SANITÁRIO, MICTÓRIO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, ILUMINAÇÃO INTERNA, PORTA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO E INDICAÇÃO EXTERNA DE ABERTO/FECHADO, PRODUTOS QUÍMICOS, PAPEL HIGIÊNICO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA E DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ESTADIA, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E SEGURANÇA. | DIÁRIA | 03 | | |
| 04 | CONTÊINER MODULAR , ADAPTADO PARA BANHEIROS MASCULINO E FEMININO CADA CONTAINER DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: CONTAINER MODULAR ADAPTADOS PARA BANHEIROS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA); DEVERÁ CONTER 6 (SEIS) CABINES COM VASOS SANITÁRIOS SENDO 3 MASCULINO E 3 FEMININO E 04 (QUATRO) LAVATÓRIOS CONTENDO PIAS E TORNEIRAS; TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/POLIUREIA. DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE MASCULINO OU FEMININO, CONFORME INDICADO PELA CONTRATANTE. OS BANHEIROS DEVERÃO SER CLIMATIZADOS COM CENTRAIS DE AR-CONDICIONADO DE NO MÍNIMO 12.000 BTUS. CADA BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W. TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR 02 RESERVATÓRIOS DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO NAS CABINES SANITÁRIAS, 8 LIXEIRAS DE NO MÍNIMO 20 LITROS, PAPEL TOALHA E 2 ESPELHOS DE NO MÍNIMO 1,20M2. A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA SE RÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE | DIÁRIA | 12 | | |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



| | | | | | |
|------------------------|---|--------|----|--|--|
| | NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO; A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER NO MINIMO 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO POR CONTAINER DURANTE TODO DIA DO EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PAR A ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS BANHEIROS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO. | | | | |
| 05 | CONTAINER MODULAR ADAPTADOS P/ PCD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA) E FRALDÁRIO BANHEIROS CONTAINER ESPECIAIS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 6,00 M X 2,50M (COMPRIMENTO X LARGURA), DEVENDO TER DUAS CABINES PARA PCD MASCULINO/FEMININO COM 02 VASO SANITÁRIO COM BARRAS DE APOIO E 02 ESPAÇOS PARA FRALDÁRIO, CONTENDO 1 TROCADOR DE FRALDAS DOBRÁVEL INFANTIL, MEDIDA 70X45X90CM (LARGURA X COMPRIMENTO X ALTURA), A ESTRUTURA TAMBÉM DEVERÁ CONTER 1 LAVATÓRIO, CONTENDO PIA E TORNEIRA. TODO O PISO DO BANHEIRO SERÁ REVESTIDO COM EMBORRACHAMENTO ANTIDERRAPANTE DO TIPO ELASTÔMERO/ POLIUREIA. 06 LIXEIRAS COM MÍNIMOS DE 20 LITROS CADA BANHEIRO DEVERÁ TER ILUMINAÇÃO COMPATÍVEL COM O AMBIENTE E TECNOLOGIA LED, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 30W E 04 TOMADAS DE ENTRADA UNIVERSAL DE 110 VOLTS (A EMPRESA DEVERÁ REALIZAR O ATERRAMENTO ELÉTRICO DA ESTRUTURA). DEVERÃO CONTER IDENTIFICAÇÃO EXTERNA CLARA ATRAVÉS DE PLACAS INDICATIVAS DE BANHEIRO PCD/FRALDÁRIO TAMBÉM DEVERÁ POSSUIR ESPELHO, RESERVATÓRIO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA EM CADA LAVATÓRIO A LIMPEZA DOS DEJETOS E A REPOSIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA FORNECEDORA, GARANTINDO QUE NUNCA FALTE TAIS ITENS PARA O PÚBLICO. A FORNECEDORA DEVERÁ MANTER NO MINIMO 1 (UM) FUNCIONÁRIO EXCLUSIVO DURANTE TODO O EVENTO DISPONÍVEL PARA LIMPEZA E REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR UMA CAIXA D'ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES HIDRÁULICAS DO BANHEIRO. A EMPRESA FORNECEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS E MATERIAIS RELACIONADOS À INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS, INCLUINDO PERFURAÇÕES DE SOLO, NIVELAMENTO, INSTALAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA E ELÉTRICA. A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR FORNECER PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA (RODO, VASSOURA, PANO DE CHÃO, SABÃO, ÁGUA SANITÁRIA, ODORIZADOR E DESODORIZADOR DE AMBIENTE, SACOS DE LIXO, PAPEL HIGIÊNICO E PAPEL TOALHA. O LOCAL DE INSTALAÇÃO DOS CONTAINERS PCD/FRALDÁRIOS SERÁ INDICADO PELA COORDENAÇÃO DO EVENTO. | DIÁRIA | 05 | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | |

| | |
|-------------------------|--|
| CARIMBO COM CNPJ | |
| | Prazo de entrega: |
| | Validade da Proposta: |
| | |
| | Assinatura do Representante da Empresa |



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

| | | |
|---|---------------------|-----------------|
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| CNPJ: | INSCRIÇÃO ESTADUAL: | |
| ENDEREÇO: | | |
| CEP: | CIDADE: | ESTADO: |
| E-MAIL: | FONE: | CEL: |
| CONTATO: | CARGO: | |
| BANCO: | | |
| CÓDIGO DO BANCO: | AGÊNCIA: | CONTA CORRENTE: |
| OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos, para realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO. | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14 / 2026 | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 482/SUPEL/2026 | | |

| LOTER 11 – Contratação de Serviços Terceirizados Diversos, cota de 25% - exclusiva ME, EPP | | | | | |
|--|--|------|-----|--------|---------|
| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND | QTD | V. UNT | V.TOTAL |
| 01 | CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA CIVIL DAR PARA SUPORTE EM EVENTOS, SEGURANÇA PRIVADA DESARMADA, EXECUTADO POR HOMEM/MULHER, DEVIDAMENTE UNIFORMIZADO E COM IDENTIFICAÇÃO, INSTRUÍDO PARA OS CUIDADOS DE RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO, BEM COMO SUPORTE DE APOIO TÁTICO DE EMERGÊNCIA PARA A REVISTA E SEGURANÇA PREVENTIVA DENTRO DOS LOCAIS DOS EVENTOS. AVERIGUAR A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, DEVENDO EM CASOS DE TUMULTO E VANDALISMO IDENTIFICAR OS ENVOLVIDOS, COMUNICANDO IMEDIATAMENTE SAS AUTORIDADES POLICIAIS COMPETENTES. COM CARGA HORÁRIA DE 9 HORAS. | SERV | 36 | | |
| 02 | CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DO CORPO DE BOMBEIROS DAR PARA SUPORTE EM EVENTOS, PARA EVENTOS EXTERNOS EM PERÍODO NOTURNO PARA PREVENÇÃO COMBATE A INCÊNDIO, ORIENTAÇÃO, PRIMEIROS SOCORROS E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA, EM CONFORMIDADE A LEI Nº. 11.901 DE 12 DE JANEIRO DE 2009, NORMATIVA NBR 14608, E NBR 16877, COM EXPERIÊNCIA NA ATIVIDADE DE COMBATE A INCÊNDIO, PRIMEIROS SOCORROS, PREVENÇÃO DE ACIDENTES E INSPEÇÃO DE EQUIPAMENTO, A CONTRATAÇÃO DESSE PROFISSIONAL SE FAZ NECESSÁRIO EM FACE DE OBRIGATORIEDADE EM EVENTOS COM MAIS DE 500 PESSOAS, CONFORME NORMAS TÉCNICAS DA ABNT-BOMBEIRO CIVIL. | SERV | 12 | | |
| 03 | CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE LIMPEZA URBANA , PARA LIMPEZA DO LOCAL DURANTE E APÓS A REALIZAÇÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS (PRAÇAS, RUAS, ÁREAS DE PALCO) APÓS EVENTOS, VISANDO A REMOÇÃO DE RESÍDUOS E A DEVOLUÇÃO DO ESPAÇO EM BOAS CONDIÇÕES, EQUIPE TREINADA E UNIFORMIZADA, COM USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS). COM CARGA HORÁRIA DE 9 HORAS. | SERV | 28 | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | |

| | |
|--|-----------------------|
| CARIMBO COM CNPJ | |
| | Prazo de entrega: |
| | Validade da Proposta: |
| | |
| Assinatura do Representante da Empresa | |



ANEXO 03

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14 / 2026.

Processo n.º 482/SUPEL/2026.

Observação: Aplicar o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014.

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

*§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade **fiscal**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

§ 2º A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei, facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação”.

A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

1 - CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf ou cadastro da Prefeitura, serão enviados por meio do sistema licitanet, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

1.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

1.2.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

1.2.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

1.3. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Para habilitarem-se no certame, os interessados deverão apresentar os documentos abaixo:

2. Habilitação Jurídica e fiscal

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Registro na junta comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o do objeto licitado.

c) Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

c.1 O objeto social descrito no ato constitutivo referente ao item (b) deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado;

d) Cédula de identificação dos sócios da empresa, ou diretor, ou do proprietário da empresa.

e) Cédula de identidade do procurador juntamente com a procuração (se for o caso).

f) Microempreendedor individual – MEI, Certificado da condição de microempreendedor individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio, <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

g) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



- h)** Para fins de habilitação, em caso de consórcio, deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados.
- i)** O ato de constituição do consórcio deverá:
 - i.1)** Estabelecer a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na fase de execução do contrato.
 - i.2)** Indicar a empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração Pública.
- j)** Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal (Unificada) emitida pela Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS (relativa às Contribuições Sociais - Portaria MF 358, de 05/09/14), podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa;
- l)** Certidão Negativa de Tributos Estaduais (fins de licitação);
- m)** Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede do licitante;
- n)** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- o)** Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT;
- p)** As certidões fiscais e trabalhistas por dispositivo de Lei serão aceitas positivas com efeitos negativos, de acordo com a Decisão 208/2012 GCPCN c/c Parecer nº 271/2012 GPYFM;
- q)** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.2. Da Qualificação Econômica Financeira:

- a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial** – Lei nº 11.101/05 (**falência e concordata**) emitida pelo órgão competente, **expedida nos últimos 30 (trinta) dias** caso não conste o prazo de validade.
- b)** Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo, que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;
- c) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis**, referente aos **dois últimos** exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei nº 14.133/2021).
- d)** No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos, a apresentação do balanço patrimonial limitar-se-ão ao último exercício social.
- e)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º). O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- f)** A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos balanços apresentados pela empresa, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultado igual ou maior que 1,0 (um).
- g)** As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido ou capital social de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
- h)** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. Podendo, em sede de diligência, ser realizado pela Administração para auferir saúde financeira da empresa, em caso de não aptidão, será a empresa inabilitada.
- i)** Os indicadores de liquidez servem para averiguar a capacidade monetária da empresa, em cumprir com suas obrigações, compreendendo desta forma, uma importante ferramenta a fim de se observar a saúde financeira de uma empresa. Assim, a exigência dos respectivos índices visa comprovar a saúde financeira do licitante para assumir os compromissos advindos da contratação deste procedimento, evitando dissabores ao longo da contratação. Portanto é perfeitamente justificado e razoável a utilização dos índices.
- j)** Qualificação Econômico-Financeira (Art. 62, Inciso IV; Art. 69 da Lei 14.133/2021):
 - j.1)** A habilitação econômico-Financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente, Para isso será exigido).
- k)** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- l)** Nos termos do Art. 1.179, §2º código Civil, fica dispensada ao MEI (Microempreendedor Individual) a obrigação apresentação de escrituração contábil, balanço e DRE (Demonstração do Resultado do Exercício). O MEI, constituído a mais de um ano (01) deverá apresentar a Declaração Anual de Rendimentos.



2.3. Da Qualificação Técnica:

a) Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica (Atestado, declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante ou proponente tenha prestado ou esteja prestando, a contento, serviços com características similares e compatíveis, contendo indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da pretensa contratação.

a.1) O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). E, na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista no art. 42 parágrafo 2º da Lei Federal 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado;

a.2) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

a.3) para o lote 01, 02 e 07 deverá conter no(s) atestado(s) indicação de palco, som e iluminação;

a.4) para o lote 03 deverá conter no atestado indicação de aluguel de tendas;

a.5) para o lote 04 deverá conter no atestado indicação de tendas e banheiros químicos;

a.6) para o lote 05 deverá conter no atestado indicação de contratação de bandas;

a.7) para o lote 06 deverá conter no atestado indicação de prestação dos serviços de segurança e show pirotécnico

b) As licitantes deverão apresentar Certidão de Registro e Quitação atualizada que comprove que a mesma está devidamente registrada no CREA, ou outro equivalente. **(para empresas participantes dos lotes de palco e lote para o festival de praia);**

c) As licitantes deverão apresentar documento que comprove que possui em seu quadro de funcionários, técnico engenheiro civil e/ou segurança no trabalho ou compatível como os objetos do certame, devidamente registrado no CREA (contratado ou carteira de trabalho registrado no CREA, ou outro conselho equivalente). **(para empresas participantes dos lotes de palco e lote do festival de praia)**

d) A empresa deverá apresentar declaração de que possui equipamentos de segurança, além de pessoal altamente treinado e capacitado para execução dos serviços (para todos os lote que for participar).

e) Comprovação que a Licitante possui em seu quadro efetivo o profissional APTO, para conhecimento, manuseio e operação com explosivos, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do BLASTER, para a realização do evento. A comprovação poderá ser feita através de Carteira de Trabalho e/ou Contrato de Prestação de Serviços, bem como o atestado de registro de Blaster em pirotecnia do profissional. **(para empresas participantes do serviço de show pirotécnico)**

f) Apresentar declaração Formal de que no momento da assinatura do contrato para a realização do evento entregará: **(para empresas participantes dos lotes de palco e lote do festival de praia)**

f.1) Alvará de corpo de bombeiro.

f.2) Alvará de funcionamento da polícia civil

g) Apresentar declaração Formal de que no momento da assinatura do contrato entregará: **(para empresas participantes do lote de banheiro químico)**

g.1) Licença Ambiental da licitante, emitida pelo órgão ambiental competente.

g.2) Licença de operação da estação de tratamento de esgoto onde serão descartados os dejetos oriundos da higienização das fossas. Caso a empresa não possua a estação própria de tratamento de esgoto, apresentar a licença de operação da estação de tratamento que fará o tratamento e a destinação dos resíduos, juntamente com uma declaração de anuência da empresa de estação de tratamento de esgoto (ETE), de que receberá os resíduos da licitante para tratamento e destinação final.

h) Apresentar declaração Formal de que no momento da assinatura do contrato para a realização do evento entregará: **(para empresas participantes dos lotes de segurança civil)**

h.1) Comprovação de habilitação de brigadistas, certificado de treinamento e reciclagem emitidos por instituições reconhecidas, em caso de formação recente válido apenas o certificado de treinamento.

h.2) Comprovação de habilitação de brigadistas, certificado de treinamento e reciclagem emitidos por instituições reconhecidas pela Polícia Federal, em caso de formação recente válido apenas o certificado de treinamento.

i) A licitante deverá apresentar declaração de visita, expedido pela Secretaria Municipal de Turismo, assinado **pelo Secretário ou representante**, Declarando que a licitante, através de seu **responsável técnico e ou representante legal**, visitaram o local destinado a realização do evento **“Festival de Praia”**. A visita técnica visa garantir que a empresa tenha os conhecimentos, habilidades e experiência na área para cumprir com todas as obrigações previstas acerca dos serviços, e também facilitando ao Licitante uma avaliação essencial para que a mesma possa elaborar sua proposta de preços de acordo com todas as informações do Local da realização do evento. O atestado de visita não é Obrigatório, contudo a empresa que não o fizer, deverá apresentar declaração de que assume total responsabilidade pela execução dos serviços licitados sem o conhecimento do local da mesma, sob pena de inabilitação caso não apresente tal documento. **(para empresas participantes do lote para o festival de praia)**



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



j) Declaração formal, desde que acompanhada de Termo de Anuência, através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pelo serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a está adjudicada.

2.3. Das Declarações:

a) Declaração em papel timbrado da empresa, devidamente assinado por seu responsável legal, de que dispõe dos veículos, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para execução dos serviços previsto no objeto desta licitação.

b) Declaração em papel timbrado da empresa, devidamente assinado por seu responsável legal, de que atenderá os requisitos da contratação, considerados essenciais para execução dos serviços previsto no objeto desta licitação

c) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma da Lei, (ver modelo conforme Anexo 04).

d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição).

e) Declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP) (anexo 06).

f) Declaração que não há vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Costa Marques dos proprietários, sócio, gerentes e diretores, bem como do representante designado para representar a empresa neste procedimento licitatório.

g) Declaração conjunta para fins de licitação, (Modelo: disponível no sistema Licitanet)

* Já disponível no menu de relatórios do sistema Licitanet;

* Não se faz necessário o envio por parte do licitante, apenas de sua assinatura junto ao sistema.

3. A EMPRESA regularmente cadastrada que anexar o CRCF Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor expedido pelo Departamento de Licitação da (PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES), fica desobrigada de apresentar os documentos exigidos nas letras “a” e “b”. do item 02 deste ANEXO 3.

4. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

5. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, exceto nos casos previsto na Observação deste anexo 3.

6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) se a licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

b) se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

c) se a licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

7. Conforme já citado no item 14 do Edital, o tratamento diferenciado para as MEI/ME/EPP não poderá ser invocado nas hipóteses relacionadas a seguir. Nesses casos, as MEIME/EPP participará do certame em igualdade de condições com os demais licitantes:

7.1 Quando a ME/EPP estiver enquadrada nas condições definidas no art. 3º, § 4, da LC 123/2006;

7.2. Nas contratações cujo valor estimado supere a receita bruta anual máxima admitida para enquadramento como EPP. Ou seja, o tratamento diferenciado só será aplicado em licitações com valor estimado de até R\$ 4.800.000,00;

7.3. Quando, no ano-calendário de realização da licitação, a ME/EPP tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta anual máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Portanto, a ME/EPP só poderá usufruir do tratamento diferenciado se a soma dos valores de seus contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário da licitação não ultrapassar R\$ 4.800.000,00.

7.4. Nas contratações com prazo de vigência superior a um ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites mencionados nos itens “7.2” a “7.3” acima.

7.5. Quando não for vantajoso para a Administração Pública. O Decreto 8.538/2015 firma como desvantajosa a contratação com valor superior ao de referência, ou cuja natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

7.6. Representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Costa Marques, 23 de abril de 2026.

WESLESON JOAQUIM RIBEIRO DE SOUZA

Gerente de Licitações e Contratos

Dec. 452/GAB/2025



ANEXO 04

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14 / 2026
Processo n.º 482/SUPEL/2026.**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)



ANEXO 05

**DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE EMPREGADOS MENORES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14 / 2026
Processo n.º 482/SUPEL/2025.**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



ANEXO 06

**Declaração de enquadramento em regime de tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte
(na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP).**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14 / 2026
Processo n.º 482/SUPEL/2026

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro(amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou(amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)



ANEXO 07

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14 / 2026
PROCESSO Nº 482 / SUPEL / 2026

Aos ____ dias do mês _____ do ano de _____, na sala do setor de licitações, nas dependências do prédio da prefeitura Municipal, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Senhor _____, e as empresas: _____, CNPJ/MF: _____. Neste ato representado por seu representante legal conforme documento comprobatório, Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 1171/2024, mediante consulta ao órgão gerenciador e do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, resolvem REGISTRAR PREÇO dos serviços a baixo.

1 – OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos, incluindo, entre outros, serviços de sonorização, iluminação, palco, painel de LED, tendas, banheiros químicos, apoio de segurança privada desarmada, bombeiro civil, limpeza pós-evento e demais itens e serviços necessários à realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO, conforme especificações técnicas, condições de execução, exigências de segurança e quantitativos estimados estabelecidos no Termo de Referência.

2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações dos serviços, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) propostas(s) são as que seguem:

Classificado nº 01 empresa xxxxxxxxxx CNPJ xxxxxxxxxx

| Item | Descrição | Marca | Und. | V. uni. | Quanti | V. total |
|------|-----------|-------|-------|---------|--------|----------|
| 01 | ***** | ***** | ***** | ***** | ***** | ***** |
| 02 | ***** | ***** | ***** | ***** | ***** | ***** |

3 – ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. A Secretaria Municipal de Administração do Município de Costa Marques será o Órgão Gerenciador deste Registro de Preços para aquisição dos serviços comuns.

3.2. Cada secretaria, órgão ou entidade interessado poderá solicitar a realização de registro de preços específicos ou solicitar a inclusão de novos itens, encaminhando-lhe, observadas as normas expedidas pelos órgãos responsáveis, conforme art. 67 do Decreto Municipal nº 1171/24.

3.3. É órgão participante deste registro de preços:

- a) Secretaria Municipal de Educação;
- b) Secretaria Municipal de Administração;
- d) Secretaria Municipal de Saúde;
- e) Secretaria Municipal de Cultura.
- e) Secretaria Municipal de Turismo.

4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 1171/2023, no Art. 87 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, os órgãos e entidades da Administração Pública municipal, e as secretarias municipais da prefeitura de Costa Marques que não tenham participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.



- 4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.6. As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no item 4.2.
- 4.7. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 4.8. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.
- 4.9. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
- 4.10 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

5. DO REMANEJAMENTO

5.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

5.1.1. O remanejamento de que trata o **caput** somente será feito:

- I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

5.2. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/23.

5.3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

6.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

6.2.1. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

7. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 03 (três) dias, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

7.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

7.3. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

7.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor;

7.5. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

7.6. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela secretaria municipal, órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

7.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a



assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

7.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.9. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

7.10. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados e órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e Site Oficial do Município;

7.11. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

7.12. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.12.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.13. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.14. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.15. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

7.16. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.17. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

8. CADASTRO DE RESERVA

8.1. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

8.1.1. o registro a que se refere o item 8.1, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 8.1;

8.1.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 8.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

8.1.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 8.1, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

8.2. O licitante remanescente será convocado quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e na devida Ata de Registro de Preços, e quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.1.

8.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 8 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

8.3.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

8.3.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.1.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;



9.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

10.1.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

10.1.3. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

10.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

10.2.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

10.2.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

10.2.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

10.2.4. seja realizado ampla pesquisa de mercado;

10.2.5. seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

10.3. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

10.4. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

10.5. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item 10.4 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

10.6. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

10.7. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.8. Liberado o fornecedor na forma do item 10.7 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

10.9. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

10.10. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

10.11. Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a ordem fornecimento ou nota de empenho.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

11.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

11.1.1. for liberado;

11.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

11.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; V - não aceitar o



preço revisado pela Administração.

11.2. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

11.3.1. pelo decurso do prazo de vigência;

11.3.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

11.3.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

11.3.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

11.4. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no item 21 do edital.

12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 11.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

13.1. A Gerencia do registro de Preços em comum acordo com a DETENTORA estabelecerá o mais adequado meio de comunicação do pedido, admitindo também o uso de telefone, e-mail, whatsapp desde que:

a) Seja perfeitamente identificado a requisição e o servidor da GSRP responsável;

b) O servidor competente para o pedido deverá ser prévia e formalmente designado como executor da Ata;

14. DAS CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1. Conforme descrito no Termo de Referência, anexo 01 do Edital.

14.3. Não será admitida a prestação dos serviços pela detentora do registro, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, contrato, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1– O pagamento ocorrerá em até o 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento dos serviços, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/comissão encarregada do recebimento.

15.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15.3. Transcorrido o prazo estabelecido para fins de pagamento, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e contrato, **ANEXO AO EDITAL**.

16.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

16.3. Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

16.4. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



- 16.5. O Município utilizará, além do Portal Nacional de Contratações Públicas, o Portal da Transparência para:
- 16.5.1. operacionalização do procedimento do Sistema de Registro de Preços;
 - 16.5.2. automatização dos procedimentos de controle e das atribuições da secretaria municipal, do órgão gerenciadores, participantes e aderentes.
- 16.6. O Setor de Compras expedirá, se necessárias, e após aprovação da Procuradoria Geral do Município, instruções complementares sobre o Sistema de Registro de Preços para o cumprimento deste Regulamento.
- 16.7. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade deste com o vigente no mercado.
- 16.8. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
- 16.9. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 1171/24, e demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
- 16.10. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, os anexos constantes do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026** e a proposta da Detentora.

Fica eleito o foro do Município de Costa Marques/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Secretário Municipal de _____
Decreto nº ____/GAB/2025

EMPRESAS DETENTORAS:

| Nome | CNPJ/MF | REPRESENTANTE |
|------|---------|---------------|
|------|---------|---------------|



ANEXO 08

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/PMCM/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 14 / 2026
PROCESSO N.º 482/SUPEL/2026

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO,
O MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES E, DO OUTRO, A
EMPRESA _____,**

O MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES, inscrito no CPNJ nº 04.100.020/0001-95, com sede na Av. Chianca, 1381 – Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. **Fabioimar Agostini Bento**, brasileiro, casado, portador do RG nº _____ SSP/RO e do CPF nº _____, residente e domiciliado à Av. _____, Setor _____, neste Município de Costa Marques doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ-MF sob n.º _____ com sede sito a Rua/Av. _____, na Cidade de _____ doravante denominada Contratada, representada neste ato por _____, brasileiro, _____, empresário, portador do RG n. _____ e do CPF n. _____, resolvem em comum acordo, celebrar o presente contrato regido pela Lei Federal nº. 14.133/21, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como na prestação de serviços técnicos e operacionais correlatos, incluindo, entre outros, serviços de sonorização, iluminação, palco, painel de LED, tendas, banheiros químicos, apoio de segurança privada desarmada, bombeiro civil, limpeza pós-evento e demais itens e serviços necessários à realização de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Costa Marques/RO, conforme especificações técnicas, condições de execução, exigências de segurança e quantitativos estimados estabelecidos neste Termo de Referência

1.2. Relação dos serviços:

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND | QUANT. | V. UNT | V. TOTAL |
|-----------------|---------------|-----|--------|--------|----------|
| 01 | | | | | |
| 02 | | | | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

2.1 – Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 14/2026, Termo de Referência, Proposta da Contratada e demais anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO AMPARO LEGAL

3.1 – A lavratura do presente Contrato decorre da realização do Pregão Eletrônico n.º 14/2026, realizado com fundamento nas disposições da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais legislações e normas inerentes ao assunto.

CLÁUSULA QUARTA
DO VALOR DO CONTRATO

4.1 – O valor do Contrato é de R\$ _____ (_____), divididos em _____ parcelas mensais de R\$ _____ (_____).

4.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

4.3 – O valor acima é global e meramente estimativo, de forma eu os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos e efetivamente da prestação dos serviços.



CLÁUSULA QUINTA **DA VIGÊNCIA**

5.1 O prazo de vigência do contrato será de _____ (_____) **meses**, a contar da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, na forma artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3 Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, na forma artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA

MOELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

6.1 – Nos termos do art. 92 da Lei 14.133/21, o regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA

SUBCONTRATAÇÃO

7.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – As despesas com o pagamento do objeto, quando houver a contratação, correrão por conta dos recursos orçamentários, consignados no orçamento do ano de 2026, do Município de Costa Marques.

Secretaria Municipal de _____.

Funcional Programática: _____ - Manutenção das Atividades – _____.

Categoria Econômica: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Ficha: _____

CLÁUSULA NONA

DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

Após a emissão da Ordem de Serviços e posterior assinatura do Contrato:

9.1 – O pagamento ocorrerá mediante atesto da secretaria solicitante e do(s) fiscal(s) do contrato, condicionado aos relatórios descritos no edital.

9.2. O licitante receberá em até 10 (dez) dias, pós a liquidação da despesa dos serviços prestados, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e/ou fatura, devidamente certificada pela comissão de recebimento de materiais desta Prefeitura, juntamente com as devidas Certidões, e terá como base o preço final ofertado na fase de lances desta licitação.

9.2 – Demais condições referentes ao pagamento encontram-se definidos no Termo de Referência, qual é parte integrante a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

REAJUSTE (art. 92, V)

10.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

10.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



A CONTRATADA, durante a vigência do Contrato, compromete-se a:

11.1 - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando ao contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

11.2 - Responsabilizar-se pela prestação dos serviços, objeto do Contrato, respeitando em especial o prazo de entrega estabelecido, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao Contratante e a terceiros;

11.3 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas bem como efetuar a prestação dos serviços de acordo com as especificações estipuladas no item 1.2 deste contrato.

11.4 - O objeto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

11.5 – Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal sobre os serviços.

11.6 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.7 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

11.8 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.9 - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.10 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.11 – Demais obrigações conforme item 30 do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art.92, X, XI e XIV)

A CONTRATANTE, durante a vigência do Contrato, compromete-se a:

12.1 - Efetuar a inspeção dos serviços, após a assinatura do contrato, de acordo com as condições e especificações pactuadas nesse termo;

12.2 - Efetuar o pagamento ao contratado, de acordo com os prazos e condições estabelecidos no Contrato.

12.3 - Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

12.4 - Comunicar prontamente ao contratado, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

12.5 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.6 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

12.7 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.8 - Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.8 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.9 - A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.10 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de _____

12.11 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.12 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.13 - Notificar previamente o contratado, quando da aplicação de penalidades.

12.11 – Demais obrigações conforme item 29 do Edital.



CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

d) Multa:

- 1. moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
- 2. compensatória de% (..... por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (XXXX)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 - Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



13.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.11 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

14.1 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

14.3.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 - Indenizações e multas.

14.5 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA GARANTIA DE EXECUÇÃO (Art. 92, XII e XIII/ Art. 96 a 102)

15.1. Não será exigida, para a presente contratação, **garantia da contratação** prevista nos Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, a execução parcelada por demanda, o recebimento por evento e a possibilidade de fiscalização direta e contínua pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA MANUTENÇÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS

35.1. Os serviços fornecidos pela CONTRATADA deverão ser de primeira qualidade ou qualidade extra, com garantia para os serviços, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo licitante.

35.2. A ausência de exigência de garantia da contratação não afasta a responsabilidade integral da contratada pela qualidade, segurança, funcionamento, estabilidade e regular execução dos serviços, equipamentos e estruturas fornecidos, nem a obrigação de reparar falhas, vícios, defeitos ou danos decorrentes da execução contratual.

35.3. Os serviços prestados e os itens disponibilizados estarão sujeitos à **garantia legal**, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pelos vícios aparentes ou ocultos, falhas de montagem, inadequações técnicas, instabilidade estrutural, defeitos de funcionamento e demais inconformidades verificadas durante a execução ou após o recebimento do objeto.

35.4. A contratada responderá, ainda, por danos causados ao patrimônio público ou privado, ao local do evento, a equipamentos de terceiros, ao público, a artistas, a servidores ou a quaisquer outros envolvidos, quando comprovado que decorreram de falha na execução, montagem, operação, desmontagem, negligência técnica ou descumprimento das normas de segurança.

35.5. A contratada deverá garantir o pleno funcionamento de todos os equipamentos de sonorização, iluminação, vídeo e estruturas durante todo o período de realização dos eventos, assegurando que as especificações técnicas e de performance contratadas sejam mantidas sem degradação da qualidade.

35.6. A garantia abrange a substituição imediata de qualquer equipamento que apresente defeito, vício de fabricação ou falha operacional, sem qualquer ônus adicional para a Administração Municipal.



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL



35.7. As estruturas metálicas (palcos, tendas, arquibancadas, camarotes) deverão possuir garantia de estabilidade e segurança estrutural, suportando as previstas e intempéries climáticas (ventos e chuvas) dentro dos limites das normas técnicas vigentes.

35.8. Qualquer avaria estrutural detectada durante o uso deverá ser isolada e corrigida imediatamente pela equipe de assistência da contratada, sob pena de interdição e aplicação de sanções.

35.9. A garantia de assistência estende-se até a completa desmontagem e retirada dos equipamentos do local, incluindo a responsabilidade por eventuais danos ocultos causados ao patrimônio público que venham a ser identificados imediatamente após a desmobilização da estrutura.

35.10. Garantia de acessibilidade plena em todas as estruturas montadas (palcos, arquibancadas e banheiros), assegurando o direito de participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

30.11. O objeto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

30.12. Demais requisitos conforme item 11 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA **DA INEXECUÇÃO**

17.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. (art. 115).

17.2 – A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, durante a execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização do acompanhante técnico designado pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA **DOS CASOS OMISSOS**

18.1 – Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA **ALTERAÇÕES**

19.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA **DA PUBLICAÇÃO**

20.1 – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA **DO FORO**

21.1 – As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Costa Marques-RO; conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Costa Marques, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA